

**DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA
DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA (EM CONFORMIDADE COM A LEI
FEDERAL 10.881/2004)**



Nome Completo

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ.

Número do CNPJ

11.513.961/0001-16

Natureza Jurídica

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Endereço/telefone

Rua Alfredo Guedes, 1949, Sala 604, Edifício Racz Center, Bairro:
Higienópolis, CEP: 13416-901, Piracicaba, SP – Brasil
Fone: 19. 3437-2100

Endereço da página institucional na Internet

www.agenciapcj.org.br

www.comitepcj.sp.gov.br



I - ROL DE RESPONSÁVEIS



ROL DE RESPONSÁVEIS

I - Dirigente máximo da Unidade Jurisdicionada e outros cargos diretivos da Fundação Agência das Bacias PCJ

Relacionamos abaixo as pessoas diretamente responsáveis pelos recursos financeiros oriundos do Contrato de Gestão 003/ANA/2011:

1) Cargo: Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ

Nome: Barjas Negri

RG: 5.125.223 SSP/SP

CPF: 611.264.978-00

Endereço Residencial: Rua Fernando Febeliano da Costa, 1645, Bairro dos Alemães, CEP 13416-253, Piracicaba, SP.

Período da responsabilidade: 01/01/2012 a 31/12/2012

2) Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

Nome: Sérgio Razera

RG: 12.201.787-8 SSP/SP

CPF: 015.929.298-00

Endereço Residencial: Rua Nossa Senhora de Lourdes, 117, Bairro Jardim Algodal, CEP 13405-405, Piracicaba, SP.

Período da responsabilidade: 01/01/2012 a 31/12/2012

3) Cargo: Diretora Técnica

Nome: Adriana Angélica Rosa Vahteric Isenburg

RG: 9.389.142-8 SSP/SP

CPF: 024.948.488-90

Endereço Residencial: Avenida Antonio C. de Sales Júnior, 66, Apto. 91,
Jardim Proença, CEP 13100-410, Campinas, SP.

Período da responsabilidade: 01/01/2012 a 30/04/2012



4) Cargo: Diretora Técnica

Nome: Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

RG: 18.408.721 SSP/SP

CPF: 110.166.178-01

Endereço Residencial: Avenida Piracicamirim, 2448, Bairro Piracicamirim,
CEP 13417-780, Piracicaba, SP.

Período da responsabilidade: 28/05/2012 a 31/12/2012

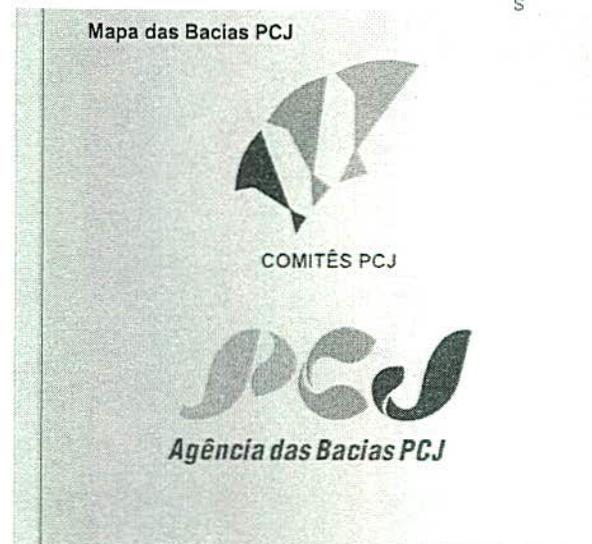
Piracicaba, 05 de fevereiro de 2013.


SÉRGIO RAZERA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



II - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório sobre a execução Primeiro Termo Aditivo Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 Bacias PCJ



Relatório sobre a execução Primeiro Termo Aditivo Contrato de Gestão nº 003/ANA/2012 Bacias PCJ

Fundação Agência das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá – Agência das
Bacias PCJ.

Primeiro Termo Aditivo - Contrato nº
003/ANA/2011.

Realização:



Dezembro de 2012



Fundação Agência das Bacias PCJ

Presidência

Barjas Negri

Diretoria Administrativa e Financeira

Sérgio Razera

Diretoria Técnica

Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Coordenação Administrativa

Ivens de Oliveira

Coordenação Financeira

Eduardo Massuh Cury

Coordenação de Gestão

Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenação de Projetos

Elaine Franco de Campos

Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos

Vanessa Cristina Bortolazzo

Coordenação do Sistema de Informações

Eduardo Cuoco Léo

Assessoria de Comunicação

Ivanise Pachane Milanez

Analista de Informática

Alexandre da Silva

Auxiliar Administrativo

Débora Assis de Oliveira

Juliana Guilmo

Analista Administrativo

Elizabeth Akiko Umebayashi

Laís Maria Spinelli

Auxiliar Técnico

Fábio Coca

Juliane Tancredo

Analista Técnico

Helena Gonçalves

Leonardo Lucas Baumgratz

Maria Eugenia Martins

Colaboração dos Estagiários

Aline de Fátima Rocha Meneses, Bruna Campos; Carolina Furlan Carcaioli, Carolina Prado, Claudinei Garcia, Eliane de Carla Afonso, Ingrid Fontes Grizotto, Luis Fernando G. Crozariolli, Marina Woltzenlogel

Comitês PCJ

Presidências

Barjas Negri

(CBH-PCJ e PCJ Federal)

Célio de Faria Santos

(CBH-PJ)

Vice-presidência

Eduardo Lovo Paschoalotti

(CBH-PCJ e PCJ Federal)

Secretaria Executiva

Luiz Roberto Moretti

Apresentação

Este material apresenta os resultados obtidos com a execução do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/2012 assinados entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ.

Além, dos resultados obtidos com a execução do Contrato de Gestão apresentamos um resumo das atividades desenvolvidas pela Fundação Agência das Bacias PCJ, bem como pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ Federal) e pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ), ou seja, **os Comitês PCJ**, no ano de 2012.

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:	6
1.1. NOME COMPLETO:	6
1.2. NÚMERO DO CNPJ:	6
1.3. NATUREZA JURÍDICA:	6
1.4. ENDEREÇO/TELEFONE:	6
1.5. ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:.....	6
1.6. NORMAS DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA:	6
1.7. NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO:	8
2. OBJETIVOS E METAS:	9
2.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL (ANA):	9
2.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA:.....	9
3. INDICADORES DE DESEMPENHO:	10
3.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:	10
3.1.1. Programa de trabalho:	10
3.1.2. Disponibilização de Informações – indicador 1:	10
3.1.3. Planejamento e Gestão – indicador 2:.....	10
3.1.4. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – indicador 3:.....	10
3.1.5. Operacionalização da Cobrança – indicador 4:	11
3.1.6. Reconhecimento Social – indicador 5:	11
3.1.7. Conclusão:.....	11
3.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS:.....	12
3.2.1. INDICADOR 1 – Disponibilização de informações:	12
3.3. PLANEJAMENTO E GESTÃO:.....	21
3.3.1. INDICADOR 2 – Publicação e Relatório:.....	21
3.4. COBRANÇA:.....	24
3.4.1. INDICADOR 3 – Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos:.....	24
3.5. GERENCIAMENTO INTERNO:	30
3.5.1. INDICADOR 4 – Gerenciamento Interno:	30
3.6. RECONHECIMENTO SOCIAL:.....	33
3.6.1. INDICADOR 5 – Reconhecimento Social:.....	33
4. JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS, EM 2012:	36
5. PENDÊNCIAS CONTRATO DE GESTÃO ANA 2011 - JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS, EM 2011:	37
5.1. INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS REALIZADOS NAS BACIAS PCJ EM 2011:	37
5.2. INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS REALIZADOS NAS BACIAS PCJ EM 2011:	37
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES - 2012:	39
6.1. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:.....	39
6.2. RESUMO DA ATUAÇÃO DOS COMITÊS PCJ, EM 2012:	60
6.3. RELATÓRIO CONTRATO DE GESTÃO 2012:	84

1. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA:

1.1. Nome Completo:

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá –
AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

1.2. Número do CNPJ:

11.513.961/0001-16.

1.3. Natureza Jurídica:

Fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição.

1.4. Endereço/telefone:

AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

Rua Alfredo Guedes, 1949 – Higienópolis – Edifício Racz Center – Sala 604
Piracicaba/SP – Brasil - CEP: 13416-901
Fone: (19) 3437.2100.

1.5. Endereço da página institucional na Internet:

www.agenciapcj.org.br

www.comitepcj.sp.gov.br

1.6. Normas de Criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada:

Norma de criação - estatuto social.

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), constituída em 05 de novembro de 2009, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição. A sede e foro da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ reside na cidade Piracicaba e tem área de atuação nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) e com seu prazo de duração indeterminado.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, em sua Resolução nº 111 de 13 de Abril de 2010, como entidade delegatária de funções de Agência de Água das bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e em 2011, com a interveniência dos Comitês das Bacias Hidrográficas

dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, firmou o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 com a Agência Nacional de Águas – ANA, nos termos da Lei Federal nº 10.881 de 06 de junho de 2004, visando o exercício das funções de competência de Agência de Água nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Ressalta-se que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto.

A estrutura organizacional é dividida em: Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal. O regime jurídico do pessoal é o da legislação trabalhista (CLT) e a contratação de empregados, salvo para as funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é precedida de concurso público, nos termos da Constituição Federal.

Tem, ainda, como princípio de atuação o seguimento das diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ, da mesma forma que a sua gestão apresenta a composição paritária tripartite entre o Estado, os Municípios e a Sociedade Civil, com direito a voz e voto de todos os seus membros.

São funções da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ proporcionar o apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras aprovadas pelos COMITÊS PCJ, a serem executados nas Bacias PCJ; promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, de acordo com programa aprovado pelos COMITÊS PCJ; apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos; incentivar, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil; e praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens a seus instituidores, mantenedores ou dirigentes e emprega toda a renda auferida no cumprimento das suas finalidades.

Os recursos destinados ao custeio de pessoal e das atividades desenvolvidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ são providos anualmente pela ANA, oriundos da cobrança federal pelo uso de recursos hídricos dos rios Atibaia, Camanducaia, Jaguari e Piracicaba, conforme determinado no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e, também, até 10% das arrecadações pelo uso de recursos hídricos nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, provenientes da cobrança PCJ paulista.

Destacamos que a participação do Estado de São Paulo na AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ foi autorizada pelo art. 1º, da Lei nº 10.020, de 03/07/98, sendo dispensada qualquer outra formalidade legal para que ele integre a entidade.



1.7. Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão:

Estatuto Social: Constituição da Fundação da Agência das Bacias PCJ – 05 de Novembro de 2009 - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/institucional-pcj/estatuto>.

2. OBJETIVOS E METAS:

2.1. Identificação do Programa Governamental (ANA):

Programa: 1107 – Pró-bacias
Contrato (Contrato de Gestão): nº 003/ANA/2011.

2.2. Descrição do Programa:

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, celebrado entre a ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ), com a interveniência dos Comitês PCJ em 03 de abril de 2012, tem por objeto o alcance pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, das metas constantes no Programa de Trabalho, Anexo I, do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, no exercício das funções de Agência de Água nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.

O Programa de Trabalho contempla o detalhamento dos objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, mensurados por meio de indicadores de desempenho.

A área de atuação da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ é a bacia hidrográfica dos rios Piracicaba, Jundiá e Capivari envolvendo os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, numa extensão territorial de 15.320 km². As Bacias PCJ abrangem áreas territoriais de 77 municípios, dos quais 62 possuem sede municipal dentro destas bacias hidrográficas. Destes, 59 estão no Estado de São Paulo e 04 no Estado de Minas Gerais.

3. INDICADORES DE DESEMPENHO:

3.1. Critérios de Avaliação:

3.1.1. Programa de trabalho:

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos COMITÊS PCJ ou da CONTRATADA
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano de Aplicação Plurianual. 2B. Enquadramento 2C. Implementação das ações do Plano das Bacias PCJ
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso anual
		3B. Índice de desembolso acumulado
		3C. Avaliação da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia pelos usuários
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A. Atendimento ao usuário em cobrança.
		4B. Manter o Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A. Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros dos COMITÊS PCJ

3.1.2. Disponibilização de Informações – indicador 1:

Esse indicador tem como objetivo disponibilizar informações atualizadas sobre os Comitês PCJ, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, sobre Legislação de Recursos Hídricos, Central de Documentação, Plano de Aplicação, Cadastro de Usuários, Cobranças e Arrecadações e sobre o Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, bem como do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nas Bacias PCJ.

3.1.3. Planejamento e Gestão – indicador 2:

Esse indicador tem por finalidade a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016, contendo:

- Os programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para 2016, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;
- A estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte; e
- Os critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.

3.1.4. Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – indicador 3:

O indicador 3, Cobrança pelo uso dos recursos hídricos objetiva desenvolver metas progressivas visando maior eficiência na aplicação do valor repassado pela ANA à AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ e proporcionar o aumento da aplicação de recursos externos (contrapartida) em ações voltadas para a melhoria dos recursos hídricos. Esse indicador visa ainda alocar os recursos financeiros com a finalidade de atingir as metas progressivas, objetivando a eficiência administrativa da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ na execução das ações previstas no Plano de Aplicação.

3.1.5. Operacionalização da Cobrança – indicador 4:

Com esse indicador visa o fornecimento do serviço de atendimento aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (CNARH), bem como fornecer os serviços de atualização dos dados cadastrais de usuário com problemas de endereço. Além do atendimento ao usuário em cobrança este indicador visa manter atualizado cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos interestaduais nas Bacias PCJ, e apresentar relatório anual com o estado da arte do cadastro.

3.1.6. Reconhecimento Social – indicador 5:

No âmbito desse indicador procura-se avaliar, por meio da opinião do membros dos Comitês PCJ, as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, considerando os aspectos técnicos e administrativos e, ainda, aumentando a inserção do tema "Gestão de Recursos Hídricos" nos órgãos de imprensa ou na mídia das Bacias PCJ, por meio de reportagens e artigos, espaços para divulgação de notícias e elaboração de programas (com ou sem parcerias) sobre temas específicos.

3.1.7. Conclusão:

A cada INDICADOR estão associados seus correspondentes sub-indicadores e metas, conforme apresentaremos a seguir. Aos sub-indicadores estão associados pesos, estabelecidos como indicação de sua relevância para o indicador correspondente. As metas estão associadas aos sub-indicadores, de maneira que, em função do desempenho conseguido e pesos atribuídos a cada sub-indicador, obtém-se uma nota final para o desempenho dos respectivos indicadores. O que permite definir uma nota final para o desempenho da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em cada indicador.

Essa estrutura está demonstrada nas planilhas que constituem o Anexo I do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, e permite que seja estabelecido um conceito para o desempenho conseguido em cada indicador, dependendo da nota calculada, sendo considerado: Ótimo (nota maior ou igual a 9); Bom (nota entre 7 e 8,99); Regular (nota entre 5 e 6,99) e Insuficiente (nota menor que 5).

3.2. Análise dos resultados alcançados:

3.2.1. INDICADOR 1 – Disponibilização de informações:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
1A	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CÔMITE OU DA CONTRATADA	1) COMITÊS PCJ: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.
		2) Entidade Delegatária: resolução de delegação, estatuto e alterações, associados.
		3) Legislação de Recursos Hídricos: leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de SP e MG; portarias dos órgãos gestores estaduais; resoluções da ANA, do CNRH e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que tenham pertinência com as atividades definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, contrato de gestão, cadastro e cobrança.
		4) Centro de Documentação: Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia.
		5) Plano de Aplicação: Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança.
		6) Cadastro de Usuários: relação dos usuários da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em cobrança pela ANA e pelos órgãos gestores estaduais, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
		7) Cobrança e Arrecadação: valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais.
		8) Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

AVALIAÇÃO		1A	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2012	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2013	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2014	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2015	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2016	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2017	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2018	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2019	META	8	

	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2020	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 1A, será atribuído um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento.
$NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$

3.2.1.1. INDICADOR 1A. – CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO:

1) **Dados Institucionais dos Comitês PCJ:**

Os dados institucionais dos Comitês PCJ, decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões, mecanismo de funcionamento das Câmaras Técnicas, características das bacias PCJ e demais informações e materiais, encontram-se disponíveis para consulta no site www.comitepcj.sp.gov.br, opção Comitês PCJ.

2) **Dados Institucionais da Entidade Delegatária:**

Os dados institucionais da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, tais como: resolução de delegação, estatuto e suas alterações, associados, estão disponíveis nos links a seguir:

- Resolução de Delegação:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/CNRH_111_2010.pdf

- Conselho Deliberativo:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/13-institucional/institucional-pcj/conselho-deliberativo>

- Conselho Fiscal:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/14-institucional/institucional-pcj/conselho-fiscal>

- Diretoria:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/institucional-pcj/diretoria>

- Estatuto:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/institucional-pcj/estatuto>

- O que é a Agência:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional/institucional-pcj/o-que-e-a-agencia>

3) **Legislação de Recursos Hídricos:**

É possível encontrar no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, bem como no site dos COMITÊS PCJ toda a base legal que subsidia a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, além das Políticas Estaduais (São Paulo e Minas Gerais), Política Nacional de Recursos Hídricos, Deliberações, Decretos e Resoluções pertinentes aos recursos hídricos, cobrança pelo uso de recursos hídricos, Comitês e gestão de recursos hídricos no âmbito das Bacias PCJ.

- No site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, as informações citadas podem ser encontradas nos links:

- ✓ Decretos:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/decretos>

- ✓ Deliberações:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/deliberacoes>

- ✓ Legislações:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/legislacoes>

- ✓ Resoluções

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/contrato-de-gestao-e-base-legal/resolucoes>

- No site dos Comitês PCJ, as informações citadas podem ser encontradas nos links:

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Legislação >> Resumo Comitês PCJ

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Fundação Agência Bacias

4) Centro de Documentos:

Todos os estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre as Bacias PCJ poderão ser acessados através dos seguintes links:

- No site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, as informações citadas podem ser encontradas nos links:

a) Informações sobre as Bacias PCJ:

- Características Climáticas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias>;

- Disponibilidade Hídrica:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/28-informacoes-das-bacias/disponibilidade-hidrica>

- Localização:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/29-informacoes-das-bacias/localizacao>

- Uso da Água:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/30-informacoes-das-bacias/uso-da-agua>

- Características Físicas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/45-informacoes-das-bacias/caracteristicas-fisicas>

- Características Geopolíticas:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/informacoes-das-bacias/46-informacoes-das-bacias/caracteristicas-geopoliticas>

b) Transparência (Folderes, publicações, relatórios, informativos...):

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/transparencia> (este link dá acesso ao quadro abaixo, porém ao passar o mouse nas palavras localizadas dentro dos quadrados com a tecla Ctrl apertada é possível se ter acesso ao conteúdo de cada item apresentado).

Documentos			
<u>Apresentações</u>	<u>Atas</u>	<u>Deliberações</u>	<u>Diários Oficiais</u>
<u>Contratos</u>	<u>Convocações</u>	<u>Editais</u>	<u>Eventos</u>
<u>Fôlderes</u>	<u>Informativos</u>	<u>Informes</u>	<u>Legislações</u>
<u>Livros</u>	<u>Manuais</u>	<u>Modelos de Documentos</u>	<u>Ofícios</u>
<u>Outros</u>	<u>Pareceres</u>	<u>Pesquisas</u>	<u>Relatórios</u>
<u>Resoluções</u>	<u>Termos</u>		

c) Imprensa:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa;>

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/institucional> - vídeo institucional;

o TV PCJ:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/component/content/article/12-videos-pcj/61-tv-pcj>

Programa Valor da Água 1:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa/noticias/58-programa-o-valor-da-agua-estreou-no-dia-10-de-outubro-no-site-da-agencia-das-bacias-pcj>

<http://www.youtube.com/watch?v=2oGNtbx7yWU&fs=1&autoplay=1>

Programa Valor da Água 2:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa/noticias/59-2-programa-o-valor-da-agua>

http://www.youtube.com/watch?v=9MOHo8_euY&fs=1&autoplay=1

Programa Valor da Água 3:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa/noticias/60-3-programa-o-valor-da-agua>

<http://www.youtube.com/watch?v=0i672X9xs5s&fs=1&autoplay=1>

Programa Valor da Água 4:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/imprensa/noticias/120-veja-o-programa-o-valor-da-agua-especial-19-anos-dos-comites-pcj>

http://www.youtube.com/watch?v=BlhE2_KC_9Q&fs=1&autoplay=1

Programa Valor da Água 5:

<http://www.youtube.com/watch?v=OMrzJPRRpPE&fs=1&autoplay=1>

Programa Valor da Água 6:

<http://www.youtube.com/watch?v=BExjhlGGvXY&fs=1&autoplay=1>

o **INFORMATIVOS:**

http://issuu.com/pcjdigital/docs/info_28?mode=window&backgroundColor=%23222222

d) **Projetos:**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos>

o **Captação de recursos:**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/captacao-de-recursos>

o **Desembolsos:**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/desembolsos>

o **Mecanismo de abatimento:**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento>

o **Mapa dos projetos:**

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/58-projetos/mapa-dos-projetos>

o **Relatório de empreendimentos:**

O relatório de empreendimentos pode-se verificar o andamento dos projetos em execução. Para ter acesso se faz necessário apenas digitar a sigla do tomador, como por exemplo, no caso do tomador ser uma prefeitura basta digitar o nome do município (aparecerá uma informação de que é necessário indicar o período, porém ao dar OK é possível ter acesso ao gráfico da situação de todos os empreendimentos do referido tomador. Neste mesmo espaço é possível se ter acesso a mais informações sobre o empreendimento/ tomador, basta clicar no nome do tomador, à esquerda do gráfico).

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/70-projetos/relatorio-de-empreendimentos>

o **Relatório de empreendimentos:**

No relatório de empreendimentos pode-se verificar o andamento de todos os projetos indicados e financiados com recursos das cobranças PCJ pelos Comitês. Para ter acesso se faz necessário apenas digitar a sigla do tomador, como por exemplo, no caso do tomador ser uma prefeitura basta digitar o nome do município (aparecerá uma informação de que é necessário indicar o período, porém ao dar OK é possível ter acesso ao gráfico da situação de todos os empreendimentos do referido tomador. Neste mesmo espaço é possível se ter acesso a mais informações sobre o empreendimento/ tomador, basta clicar no nome do tomador, à esquerda do gráfico).

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/70-projetos/relatorio-de-empreendimentos>

o **Estudos e Projetos:**

Trata-se de uma demanda referente o Contrato de Gestão ANA 2011 – indicador 1 Disponibilização de Informações. A Agência Nacional de Águas solicitou a que disponibilizasse, de forma gradativa, informações físicas e financeiras sobre estudos e projetos, iniciando pelos contratados e finalizados em 2011. Esta informação se faz

necessária para que a sociedade em geral e, em especial os atores das bacias PCJ, acompanhem a evolução das ações contratadas. Foi solicitado também, que tais informações fossem disponibilizadas de maneira georreferenciadas, de forma que os usuários visualizem e acessem rapidamente a informações desejadas. A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ criou em seu site um link de acesso a tais informações, porém, informamos que os produtos finais disponíveis são referentes a empreendimentos dos anos de 2009 e 2010, e estamos aguardando o envio, por parte dos tomadores, de documentos e relatórios referentes a 2011. Gradualmente iremos inserir os demais projetos e estudos, referentes anos anteriores a 2009 já disponibilizados pelos tomadores, bem como os estudos e projetos a partir de 2011, assim que nosso site estiver funcionando de forma completa, pois como é de conhecimento da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão 2012, o nosso site foi modificado e está em processo de adaptação. No Link relatório de empreendimentos, conforme mencionado anteriormente, é possível de se ter acesso aos empreendimentos de diversos anos. Para ter acesso aos estudos e projetos disponíveis, basta acessar o link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/77-projetos/estudos-e-projetos>

- No site dos Comitês PCJ, as informações citadas podem ser encontradas nos links:
<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Documentos >>

Estudos diversos;
Produtos elaborados com recursos do FEHIDRO;
EIAs/RIMAS na área do PCJ;
Publicações;
Teses sobre as Bacias PCJ;
Planos diretores;
Boletim das águas PCJ;
Atas;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Downloads diversos;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> E-biblioteca;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Institucional;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Mapas on-line;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Plano de Bacias 2010/2020;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Recursos financeiros e projetos de demanda induzida;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Relatórios de situação;

<http://www.comitepcj.sp.gov.br/comitespcj.htm>>> Sistema Cantareira;

5) Plano de Aplicação:

Trata-se de relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança nas Bacias PCJ. Este relatório contém: Identificação do programa/subprograma em que a ação se enquadra; objeto e valor da ação; modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de transferência) e financiamento, sendo no caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário; código da ação no Plano de

Aplicação Plurianual; prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse), realização de licitação (quando houver), início das atividades e entrega do produto; prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e identificação dos principais atrasos e justificativas.

O Plano de Aplicação das Bacias PCJ referente o ano de 2012 está disponível no site da AGENCIA DAS BACIAS PCJ, no menu: Contrato de Gestão e Base Legal – Contrato de Gestão >> Metas e indicadores >> Indicadores >> 1. Disponibilização de Informações >> Plano de Aplicação:

- Pode, também, ser acessado pelo Link:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/Plano de aplica%
_Rel anual acompanhamento a%
_exec recursos cobran%
_a.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/Plano_de_aplicacao%20-Rel_anual_acompanhamento_a%20es_exec_recursos_cobranca.pdf)

Aplicação de recursos – estudos e projetos - investimentos nas Bacias PCJ:

No ano de 2012 a previsão de recursos arrecadados com a cobrança federal, cobranças estaduais paulista e mineira nas Bacias PCJ, somadas aos recursos do FEHIDRO para Investimento resultou num montante de **R\$ 53.246.773,35**.

Os empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ, em 2012, podem ser consultados no site dos Comitês PCJ, através das Deliberações dos Comitês PCJ nº 141/2012, nº 146/2012, nº 148/2012, nº 152/2012.

- As aplicações dos recursos, 2012, podem ser acessadas pelo Link:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/cobranca-pelo-uso-da-agua/2-
uncategorised/145-aplicacao-dos-recursos-2012](http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/cobranca-pelo-uso-da-agua/2-uncategorised/145-aplicacao-dos-recursos-2012)

6) Cadastro de Usuários:

A relação de usuários das Bacias PCJ em cobrança cadastrados no CNARH em todos os domínios (Federal e Estadual) com nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, no menu: Instrumentos de Gestão >> Outorga e Cadastro >> Informações sobre Captações e Lançamentos (ref.: 2012) - [http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro/35-
instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro](http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro/35-instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro)

- O Cadastro de Usuários em Cobrança no Estado de São Paulo – 2012 pode também, ser acessado pelo Link:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/Cadastro de Usu%
3%
3%
a Estado de S%
3%
Paulo 2012.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/Cadastro_deUsu%20rios_emCobran%20aEstado_deS%20Paulo2012.pdf)

- O Cadastro de Usuários em Cobrança Federal e no Estado de Minas Gerais – 2012 podem também, ser acessado pelo Link:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/Cadastro de Usu%
3%
3%
a Federal e no Estado de Minas Gerais_2012.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/Cadastro_deUsu%20rios_emCobran%20aFederal_e_noEstado_deMinasGerais_2012.pdf)

3%A7a Federal e no Estado de Minas Gerais 2012.pdf

7) Cobrança e Arrecadação:

Dados relacionados à cobrança e à arrecadação, no período de 2012, tais como: valores cobrados, arrecadados e transferidos para a entidade Delegatária, bem como os rendimentos financeiros, estão disponíveis no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, no menu: Instrumentos de Gestão >> Cobrança pelo uso da água >> Cobrança Federal >> Arrecadação - <http://www.agenciapcj.org.br/novo/instrumentos-de-gestao/outorga-e-cadastro/33-instrumentos-de-gestao/cobranca-pelo-uso-da-agua>

- Pode ser acessado pelo Link:
http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/cobrancaearrecadacao/BaciaPCJ_ArrecadacaoRePasse.aspx

8) Contrato de Gestão:

Por tempo determinado, através do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado em 24 de janeiro de 2011 com a Agência Nacional de Águas (ANA), a FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerce as funções de Agência de Água, previstas nos artigos Nº 41 e Nº 44 da Lei Federal nº 9.433/97, prestando apoio técnico, administrativo e financeiro para o bom funcionamento dos Comitês PCJ.

Para 2012, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ assinou com a Agência Nacional de Águas o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão. O contrato prevê inicialmente que a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ exerça as funções de Agência de Água como entidade delegatária pelo período de dez anos.

- O Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 e seu anexo podem ser acessados pelo Link:
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/contrato-003-2011.pdf>
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/contrato-003-2011-anexos.pdf>
- O Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, assinado em 2012 pode ser acessado pelo link:
http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/aditivo1_2011.pdf
- O Relatório de Gestão 2011 está disponível através do link:
http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/relatorio_003-ana-2011.pdf
- O Relatório de Avaliação 2011 está disponível e pode ser acessado através do link:
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/avaliacao-2011-contrato-ana.pdf>
- As prestações de contas apresentadas podem ser acessadas através do link:
Ofício nº 428/2011 – Encaminhamento da Minuta do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 003/ANA/2011:
<http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/1%20->

[%20Ofcio%20n%20428_2011%20-%20Encaminhamento%20da%20Minuta%20do%20Termo%20Aditivo%20ao%20Contrato%20de%20Gesto%20003-ANA-2011.pdf](#)

Ofício nº 046/2012 – Encaminhamento do Relatório de Gestão referente ao ano de 2011:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/2%20-%20Ofcio%20n%20046_2012%20-%20Encaminhamento%20do%20Relatrio%20de%20Gesto%20referente%20ao%20ano%20de%202011.pdf

Ofício nº 083/2012 – Encaminha Prestação de Contas Exercício 2011:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/3%20-%20Ofcio%20n%20083_2012%20-%20Encaminha%20Prestao%20de%20Contas%20Exercicio%202011.pdf

Diário Oficial da União – demonstrativo de execução físico-financeira - 2011:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/stories/gestao/4_-Di%C3%A1rio%20Oficial%20da%20Uni%C3%A3o%20Demonstrativo%20de%20Execu%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsico-Financeira.pdf

3.3. Planejamento e Gestão:

3.3.1. INDICADOR 2 – Publicação e Relatório:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
2A	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	<p>Para o exercício de 2012:</p> <p>1. Elaboração de Proposta de Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para 2016, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; ✓ Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte); e ✓ Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. <p>Para o exercício de 2016:</p> <p>1. Elaboração da Proposta de Plano de Aplicação Plurianual 2017-2020, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para 2016, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; ✓ Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte);e ✓ Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. <p>Para os exercícios de 2013 a 2020:</p> <p>1. Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis: identificação dos recursos que podem ser acessados para aplicação na Bacia, de forma a se avaliar os investimentos em andamento e dimensionar os principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Recursos Hídricos da bacia.</p> <p>2. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação do programa/subprograma em que a ação se enquadra; ✓ Objeto e valor da ação; ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de transferência) e financiamento; ✓ No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário; ✓ Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual; ✓ Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto; ✓ Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e, ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.
2B	ENQUADRAMENTO	<p>Para o exercício de 2014:</p> <p>1. Aprovação pelo CNRH do enquadramento dos corpos d'água interestaduais da bacia nas classes de uso</p>

2C	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DAS BACIAS PCJ	<p>Relatório bianual de avaliação da execução das ações previstas no Plano (com recursos da cobrança pelos usos de recursos hídricos e outras fontes), descrevendo o cumprimento do cronograma de investimentos, contendo principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ As providências adotadas pela CONTRATADA para a execução das ações previstas no Plano (inclusive articulação com outros entes do SINGREH); ✓ Identificação do programa/subprograma executados (descrevendo objeto e valor da ação) e deficiências encontradas; ✓ Recomendação de ações com vista à aceleração da implementação do Plano
----	---------------------------------------	---

AVALIAÇÃO		2A	2B	2C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	2	4	
2012	META	1	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2013	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2014	META	2	1	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2015	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2016	META	3	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2017	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2018	META	2	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2019	META	2	0	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2020	META	2	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
<p>Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual nos exercícios de 2012 e 2016; e 1 (um) ponto para elaboração de cada um dos relatórios nos exercícios de 2013 a 2020, discriminados no detalhamento do indicador.</p> <p>Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para a Resolução CNRH publicada.</p> <p>Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração do Relatório.</p>
$NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$

3.3.1.1. INDICADOR 2A.– PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL:

Para o exercício 2012, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ elaborou o Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2013 a 2016, contendo: programas e subprogramas priorizados no período, com alcance de metas para até 2016, com os tipos de ações possíveis de serem financiadas; estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte e critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.

O Plano de Aplicação Plurianual 2013-2016 foi analisado e aprovado pelos Comitês PCJ por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012, de 14 de dezembro de 2012, a qual se encontra publicada nos sites dos Comitês PCJ e da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

- A Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/2012 e o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) poderão ser acessados através do link:

[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/2A -
Plano de Aplica%C3%A7%C3%A3o Plurianual - Bacias PCJ - 2013-2016.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/2A-_Plano_de_Aplica%C3%A7%C3%A3o_Plurianual_-_Bacias_PCJ_-_2013-2016.pdf)

OBSERVAÇÃO: Os indicadores 2B. e 2C. não se aplicam para o ano de 2012.

3.4. Cobrança:

3.4.1. INDICADOR 3 – Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
3A	ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p>Fórmula de cálculo $ID (\%) = (VD / VR) * 100$</p> <p>Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual, até o limite de 100% VD = valor desembolsado, em reais por ano; VR = valor repassado, em reais por ano.</p>
3B	ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p>Fórmula de cálculo $IDA (\%) = (VDa / VRa) * 100$</p> <p>Sendo: IDA = Índice de Desembolso Acumulado; VDa = valor desembolsado acumulado, em reais; VRa = valor repassado acumulado, em reais.</p>
3C	AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS	<p>Aplicação de pesquisa sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados.</p>

AVALIAÇÃO		3A	3B	3C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	2	
2012	META	10	30	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2013	META	20	30	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2014	META	35	35	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2015	META	50	35	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2016	META	55	40	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2017	META	60	45	0	
	RESULTADO				

	NOTA (NP)				
2018	META	65	50	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2019	META	70	55	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2020	META	75	60	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador.
Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de desembolso Acumulado - IDA, conforme detalhamento do indicador.
Para o indicador 3C, será atribuído 1 ponto para a aplicação da pesquisa, conforme estabelecido no detalhamento do indicador.
$NP = 10 * RESULTADO / META$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$

3.4.1.1. INDICADOR 3.A – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%):
Desde 2011 a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ assumiu as funções de Agência de Água para as Bacias PCJ.

Neste segundo ano como Agência de Água, tivemos o seguinte índice de desembolso para o ano de 2012 de **109,74%** em relação a receita total (valor repassado + rendimentos), conforme mostra tabela 1, a seguir.

A tabela 1 exhibe os valores referentes o desembolso anual do Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Gestão com a ANA – de janeiro a dezembro de 2012, ou seja, a proporção (%) entre o valor desembolsado no ano de 2012 e o valor anual repassado pela ANA, incluindo os rendimentos financeiros.

Tabela 1 – Índice de Desembolso Anual (%):

COBRANÇA FEDERAL - RECEITA X DESEMBOLSO - ACUMULADO 2012

2012	MENSAL				
	RECEITA	RENDIMENTO	RECEITA TOTAL	DESEMBOLSO	%
SALDO ANTERIOR					
JANEIRO	0,00	381.322,08	381.322,08	456.462,37	
FEVEREIRO	0,00	378.557,26	378.557,26	1.276.062,75	
MARÇO	0,00	350.695,68	350.695,68	596.878,63	
ABRIL	0,00	369.853,62	369.853,62	1.335.333,85	
MAIO	4.440.639,33	331.904,88	4.772.544,21	2.783.227,66	
JUNHO	0,00	362.589,82	362.589,82	1.161.569,80	
JULHO	4.834.351,37	324.876,84	5.159.228,21	2.241.345,70	
AGOSTO	1.565.603,95	375.212,73	1.940.816,68	3.897.875,19	
SETEMBRO	1.499.995,93	322.777,39	1.822.773,32	1.373.105,60	
OUTUBRO	1.405.649,62	317.810,16	1.723.459,78	1.314.674,99	
NOVEMBRO	170.036,00	316.701,68	486.737,68	1.628.545,31	
DEZEMBRO	4.199.799,62	315.332,03	4.515.131,65	2.143.759,69	
TOTAL	18.116.075,82	4.147.634,17	22.263.709,99	20.208.841,54	90,77%
(VR)					
Ações de Apoio	2.874.903,11			23.083.744,65	103,68%
Custeio	1.347.874,31			24.431.618,96	109,74%
Data: 29/01/13				(VD)	
$ID (\%) = (VD/VR) * 100$ 109,74					

Abaixo apresentamos os gráficos referentes à receita, ao desembolso e ao saldo.

O gráfico 1 mostra a evolução da receita e do desembolso acumulado entre os anos de 2006 a 2012.

O gráfico 2 mostra a evolução do saldo remanescente, evidenciando em 2012 um valor de desembolso maior do que o de receita e a queda no montante contratado e não desembolsado.

Gráficos 1 - Evolução da receita e do desembolso acumulado entre os anos de 2006 a 2012:

Gráfico 2 – Evolução do saldo remanescente:

COBRANÇA FEDERAL - RECEITA X DESEMBOLSO - Total (Investimento + Gestão + Custeio)

ANO	ANUAL			ACUMULADO			
	RECEITA	DESEMBOLSO Total	%	RECEITA	DESEMBOLSO	SALDO	%
2006	10.772.194,32	1.596.813,88	14,82	10.772.194,32	1.596.813,88	9.175.380,44	14,82
2007	14.921.681,07	3.323.304,94	22,27	25.693.875,39	4.920.118,82	20.773.756,57	19,15
2008	19.624.323,53	4.944.355,14	25,20	45.318.198,92	9.864.473,96	35.453.724,96	21,77
2009	20.019.026,57	7.827.085,43	39,10	65.337.225,49	17.691.559,39	47.645.666,10	27,08
2010	21.633.128,30	11.062.893,89	51,14	86.970.353,79	28.754.453,28	58.215.900,51	33,06
2011	20.594.763,98	12.231.434,09	59,39	107.565.117,77	40.985.887,37	66.579.230,40	38,10
2012	22.263.709,99	24.431.618,96	109,74	129.828.827,76	65.417.506,33	64.411.321,43	50,39
TOTAL	129.828.827,76	65.417.506,33	50,39				

Situação em 29/01/2013

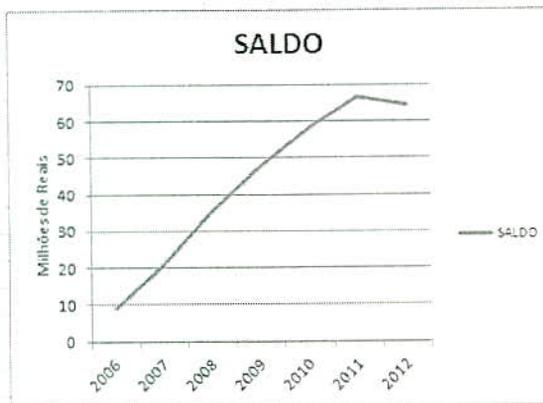
Receita Total incluindo Rendimentos Financeiros

Desembolso inclui despesas com Ações de Apoio e Custeio

Gráfico 1



Gráfico 2



- A tabela 1 e os gráficos 1 e 2, acima, sobre o Índice de Desembolso Anual (%), poderão ser acessados através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/contratos/3A-Tabela-Desembolso-Anual-2012.pdf>

3.4.1.2. INDICADOR 3.B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%):

A partir do ano de 2011, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ assumiu as funções de Agência de Água para as Bacias PCJ, desse modo, a tabela 2, a seguir, apresenta todos os valores necessários para a verificação do percentual efetivamente desembolsado até 31/12/2012, de forma cumulativa.

Os recursos desembolsados, em 2012, somente foram possíveis, devido a um árduo trabalho da Equipe Técnica da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, principalmente, em função de um trabalho quase diário junto às Gerencias Regionais de Desenvolvimento Urbano e Rural (GIDUR'S) da Caixa Econômica Federal e dos Tomadores, uma vez que a Caixa ainda utiliza, para os nossos contratos, as mesmas práticas burocráticas que utilizam para os Contratos financiados com Recursos do Orçamento Geral da União (OGU), transferência voluntária.

Cabe lembrar que, de forma inédita, para a Caixa Econômica Federal, os contratos de repasse das Bacias PCJ, trazem novas cláusulas de rompimento do contrato para o caso do não cumprimento de prazos para a assinatura do contrato e início da licitação dos serviços. Destacamos, ainda, a incorporação dos valores obtidos por rendimentos financeiros no período.

Para todos os contratos assinados até 2011 trata-se de regra OGU, sendo que para os contratos assinados a partir de 2012, trata-se de contratos de transferência, regras PCJ.

Para os empreendimentos deliberados em 2012 foi estabelecido, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 128 de 23/09/2011, regras que alteram a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 091/08, que estabeleceu prazos para os contratos financiados com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do domínio da União (Cobrança Federal PCJ) e dá outras providências.

A partir da Deliberação dos Comitês PCJ nº 128/2011 foi possível estabelecer prazos para análise da CEF, para contratação, licitação, emissão de ordem de serviço, tempo de execução e prestação de contas do empreendimento. Tais prazos se não cumpridos acarretam no cancelamento dos empreendimentos deliberados pelos Comitês PCJ. Desta forma, foi possível trabalhar a motivação do tomador em atender prazos e de ter agilidade para a execução e término do empreendimento.

No período de 2006 a 2012, ressaltamos que o percentual apurado foi de **49,96%** de recursos desembolsados, conforme pode ser visto na Tabela 2. Ressaltamos, também, que as metas estabelecidas para este indicador foram revistas e no Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão com a ANA, ou seja, passou de **50%** para **30%**.

Tabela 2 – Índice de Desembolso acumulado (%):

TABELA – ARRECADAÇÃO X APLICAÇÃO X DESEMBOLSO

ANO	ARRECADAÇÃO				APLICAÇÃO					DESEMBOLSO (J)
	COBRANÇA (A)	RENDIMENTOS (B)	SALDO ANT (C)	TOTAL (D)	INVESTIMENTOS (E)	LICITADO (F)	GESTÃO (G)	CUSTEIO (H)	TOTAL (I)	
2005	200.000,00									
2006	10.166.779,37	405.414,95	197.630,33	10.770.024,65	9.263.953,95	8.975.979,49	859.246,94	737.666,94	10.572.793,37	10.181.595,82
2007	13.599.321,85	1.322.359,22	197.231,26	15.118.653,26	10.644.884,68	7.301.412,25	2.181.977,00	1.086.217,32	10.569.606,57	8.428.822,50
2008	17.036.837,82	2.565.485,71	4.549.046,71	24.173.370,24	13.558.429,93	10.721.156,07	618.985,91	1.463.170,92	12.823.312,90	9.644.062,84
2009	16.955.757,89	3.063.268,68	11.350.057,34	31.359.857,60	16.236.530,97	16.262.305,77	1.681.469,76	1.531.795,23	19.475.570,76	12.876.916,10
2010	17.608.136,90	4.024.991,40	11.884.286,84	33.517.415,14	23.640.474,86	20.750.596,66	1.325.088,56	1.617.049,73	23.692.734,94	14.229.098,01
2011	16.525.414,95	4.069.349,03	9.824.680,20	30.419.444,18	22.427.810,79	16.647.770,45	2.767.621,99	1.328.277,15	20.743.659,59	6.264.234,55
2012	18.116.075,82	4.147.634,17	9.676.774,59	31.938.362,35	17.196.493,42	17.196.493,42	5.466.223,05	1.364.827,74	24.029.544,21	4.239.730,86
2013			7.908.636,14							
TOTAL	110.210.324,60	19.616.503,16	0,00	129.826.827,76	114.968.578,60	97.855.714,10	14.902.613,21	8.148.905,03	121.907.232,34	64.864.450,67
% Total APLICADO (K)	84,89	15,11	0,00	100,00	94,31	80,27	12,22	7,50	100,00	53,21
% Total ARRECADADO (L)			6,09		88,55	75,37	11,48	7,05	93,90	49,96

Atualizada em 29/01/2013

Notas explicativas:

- COBRANÇA (A): Valores Arrecadados com a Cobrança federal mais os valores do orçamento da ANA transferidos para as Bacias PCJ.
 - RENDIMENTOS (B): Valores auferidos com os rendimentos de aplicação financeira.
 - SALDO ANT (C): Subtração entre as colunas (D) e (I). É a diferença entre os recursos disponíveis naquele ano e os valores efetivamente comprometidos com as ações aprovadas pelos Comitês PCJ.
 - TOTAL (D): Soma das colunas (A), (B) e (C). Podemos entender como todos os recursos financeiros que o Comitê possuía para deliberar naquele ano.
 - INVESTIMENTOS (E): Somatória dos valores dos empreendimentos aprovados pelo Comitê naquele ano.
 - LICITADO (F): Valor obtido após a realização das licitações e cancelamentos de empreendimentos. Estes saldos vão compor o valor da coluna "Saldo Anterior (C)".
 - GESTÃO (G): Soma dos valores das ações aprovadas pelo Comitê cuja execução é feita de forma direta pela Agência.
 - CUSTEIO (H): Valores efetivamente gastos com o custeio da Agência.
 - TOTAL (I): Soma das colunas (F), (G) e (H). Podemos entender como todos os recursos financeiros que o Comitê deliberou naquele ano.
 - DESEMBOLSO (J): Soma dos valores efetivamente desembolsados pela Agência com os empreendimentos + Ações de Gestão + Custeio.
 - % Total Aplicado (K): Relação percentual em relação ao "TOTAL (I)".
 - % Total Arrecadado (L): Relação percentual em relação ao "TOTAL (D)".
- A tabela 2, sobre o Índice de Desembolso Acumulado (%) poderá ser acessada através do link:
<http://www.agenciapcj.org.br/docs/contratos/3B-Tabela-Desembolso-Acumulado-2012.pdf>

OBSERVAÇÃO: O indicador 3C, não se aplicam para o ano de 2012.

3.5. Gerenciamento Interno:

3.5.1. INDICADOR 4 – Gerenciamento Interno:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
4A	ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas, e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.
4B	CADASTRO DE USUÁRIOS	Manter atualizado o cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos de corpos de água interestaduais na bacia, e apresentar Relatório Anual com o estado da arte do cadastro

AVALIAÇÃO		4A	4B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		5	5	
2012	META	12	0	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2013	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2014	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2015	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2016	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2017	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2018	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2019	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2020	META	12	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o indicador **4A** será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário.

Para o indicador **4B**, será atribuído 1 ponto para a apresentação do Relatório.

$$NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$$
$$0 \leq NP \leq 10$$

$$NF = \frac{\sum (NP * \text{PESO})}{\sum (\text{PESOS})}$$

3.5.1.1. INDICADOR 4A – ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA:

Em 2012, a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ forneceu o serviço de atendimento aos usuários da cobrança federal, mesmo não sendo a responsável pela impressão e o envio dos boletos de cobrança gerados pela ANA, que deverá ser iniciado a partir de 2013.

A Central de Atendimento aos Usuários das Cobranças PCJ está estruturada e em perfeito funcionamento desde o segundo semestre de 2011. Os atendimentos aos usuários das Cobranças PCJ junto a esta AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ iniciaram-se, primeiramente, aos usuários da Cobrança Estadual Paulista e, posteriormente, em janeiro de 2012, aos usuários da Cobrança Federal PCJ, conforme meta estabelecida no Indicador 4 do Contrato de Gestão ANA 2012.

O horário de atendimento da referida Central é de segunda a sexta-feira, exceto feriados e finais de semana, das 8h00 as 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quanto aos meios de contato, estes são realizados por telefone, via mensagem eletrônica e atendimento pessoal.

Os registros dos atendimentos são realizados em planilhas (Excel), processo metodológico desenvolvido internamente. Por meio destas planilhas, foi possível computar quantos atendimentos foram realizados, por dia, por semana, por mês e por ano, bem como, registrar o assunto, o usuário (por meio de razão social, nome do contato, e-mail e telefone), nome do atendente e data do atendimento.

Com a finalidade de informar a todos os usuários das Cobranças PCJ, em especial os usuários da Cobrança Federal, foi enviado o **OFÍCIO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ Nº. 299/2012**. Segue o link de acesso ao referido ofício:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/4A_Oficio_Ag%C3%Aancia_das_Bacias_PCJ_n%C2%BA_299_2012_Central_de_Atendimento_Usu%C3%A1rios_Cobran%C3%A7a_Federal.pdf

No referido ofício informamos sobre a atualização de nossos telefones e e-mail, bem como sobre a disponibilidade da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ para atendê-los. Todos os ofícios foram encaminhados com AR (Aviso de Recebimentos), bem como em nosso site, temos um banner informando os nossos contatos para atendimento.



<http://www.agenciapcj.org.br/novo/>

Quanto à equipe para atendimento temos na central duas pessoas que são responsáveis pelos atendimentos via telefone e e-mail, sendo elas: Sra. Laís Maria Spinelli – Analista Administrativo e Sra. Elizabeth Akiko Umebayashi - Analista Administrativo.

Para os atendimentos pessoais e técnicos, mas que não exige o atendimento via telefone e e-mail temos o Sr. Eduardo Cuoco Léo – Coordenador Sistema Informação, Srta. Helena Gonçalves – Analista Técnica. Todos participaram do curso CNARH e DIGCOB.

- Os Relatórios de Atendimentos aos Usuários da Cobrança Federal – 2012, poderá ser acessado através do link:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/4A_Relat%C3%B3rios_dos_atendimentos_aos_Usu%C3%A1rios_da_Cobran%C3%A7a_Federal_-_2012.pdf

OBSERVAÇÃO: O indicador 4B. não se aplicam para o ano de 2012.

3.6. Reconhecimento Social:

3.6.1. INDICADOR 5 – Reconhecimento Social:

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
5A	RECONHECIMENTO SOCIAL	<p>Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos COMITÊS PCJ, conforme metodologia a ser definida pela ANA em conjunto com os órgãos gestores estaduais, tendo por foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprimento do contrato de gestão; ✓ Ações tomadas com vista à implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia ✓ Atuação como secretaria-executiva dos COMITÊS PCJ.

AVALIAÇÃO		5ª	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2012	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2013	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2014	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2015	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2016	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2017	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2018	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2019	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2020	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS

Para o indicador **5A** o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros dos COMITÊS PCJ, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).

Média maior ou igual a 9 é considerada 10
Média maior ou igual a 8 é considerada 9
Média maior ou igual a 7 é considerada 8
Média maior ou igual a 6 é considerada 7

Média inferior a 6 – valor apurado será igual à média calculada
$NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \frac{\sum (NP * \text{PESO})}{\sum (\text{PESOS})}$

3.6.1.1. INDICADOR 5A – RECONHECIMENTO SOCIAL:

De acordo com o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011 é necessário avaliar as atividades exercidas pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ durante o período, 2012.

Para tal, foi utilizada a metodologia de inferir por amostragem a satisfação ao Sistema de Gestão pela AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, conforme exposto no link:

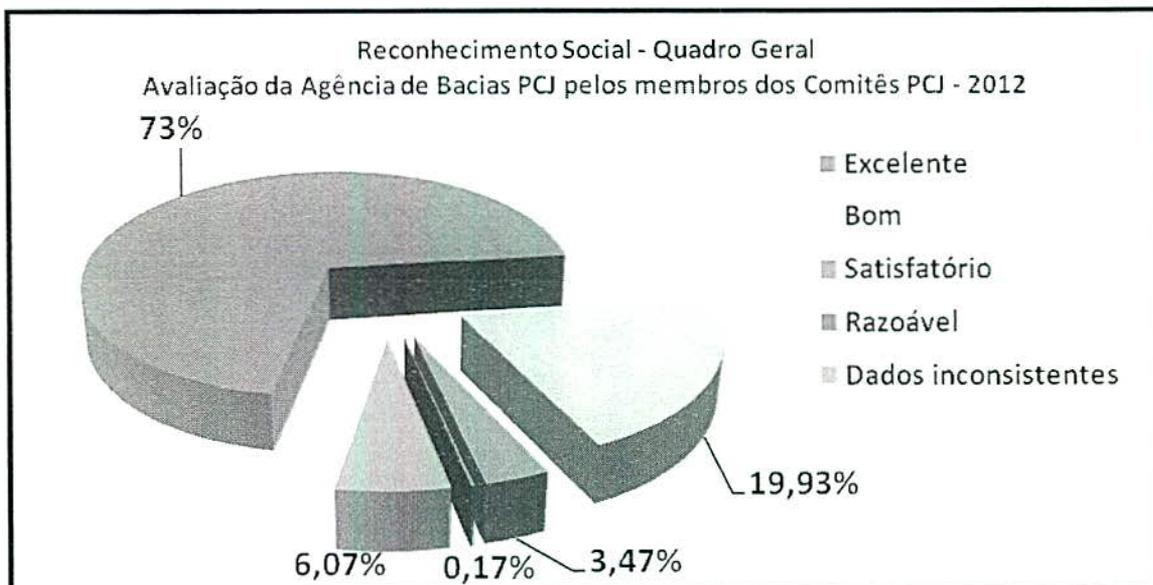
[http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/5A -
Metodologia da Pesquisa com os membros dos Comit%C3%AAs PCJ - 2012.pdf](http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/5A-_Metodologia_da_Pesquisa_com_os_membros_dos_Comit%C3%AAs_PCJ_-_2012.pdf)

Foram distribuídos, no dia 14 de dezembro de 2012, durante a 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (Reunião Plenária dos CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ), na cidade de Itapeva (MG), para a avaliação das atividades da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, formulários de pesquisa, conforme modelo encaminhado pela ANA, abrangendo tanto membros titulares e suplentes do Plenário dos Comitês PCJ, bem como membros titulares e suplentes em Câmaras Técnicas e convidados.

Para efeito de cumprimento das metas do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, consideramos os seguintes formulários preenchidos por 28 membros titulares de plenário dos Comitês PCJ, 15 membros suplentes de plenário dos Comitês PCJ, 07 titulares de Câmaras Técnicas e 04 outros participantes, totalizando 54 (cinquenta e quatro) questionários respondidos.

Para tratamento dos dados foi utilizado banco de dados em sistema Microsoft Excel, no qual foram internalizados e processados os dados referentes à pesquisa. Através do processamento dos dados da pesquisa foi possível obter a **nota final de 8,84** junto aos membros dos Comitês PCJ.

Gráfico com resumo da Pesquisa Aplicada:



Fonte: Fundação Agência das Bacias PCJ (2012)

O conteúdo da pesquisa aplicada, com os membros dos Comitês PCJ, pode ser obtido no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ através do link:

http://www.agenciapcj.org.br/novo/images/gestao/5A_-_Question%C3%A1rio_aplicado_com_membros_dos_Comit%C3%AAs_PCJ.pdf

A compilação dos dados da pesquisa aplicada, resultado final, poderá ser acessada através do link abaixo no site da AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/pesquisas/resultado-reconhecimento-social-2012.pdf>

4. JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS, EM 2012:

As justificativas para os casos de não atendimento da meta estão descritas nos respectivos itens específicos anteriores. E informamos que não foram registradas disfunções durante o processo.

5. PENDÊNCIAS CONTRATO DE GESTÃO ANA 2011 - JUSTIFICATIVAS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR DISFUNÇÕES DETECTADAS, EM 2011:

Conforme apontamentos realizados durante as visitas técnicas realizadas pela Agência Nacional de Águas (ANA) para avaliação do Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, durante o ano de 2012, apresentamos as seguintes informações:

- ✓ Informações sobre investimentos realizados nas Bacias PCJ em 2011; e
- ✓ Informações relativas a Estudos e Projetos em 2011.

5.1. Informações sobre investimentos realizados nas Bacias PCJ em 2011:

Foi solicitada à AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em caráter de correção, a apresentação das informações sobre os investimentos nas Bacias PCJ, de forma estruturada e didática sobre o conjunto de investimentos realizados em 2011.

Em 2011, A Entidade Delegatária apresentou o conjunto de Deliberações dos Comitês PCJ, nas quais contem os investimentos realizados com os recursos das Cobranças PCJ, bem como do FEHIDRO.

Visando atender a solicitação da Agência Nacional de Águas (ANA) elaboramos planilha que contem a situação de cada empreendimento deliberado em 2011 e as informações sobre os investimentos realizados nas Bacias PCJ, nesse mesmo ano a saber:

- Número do Contrato;
- Tomador;
- Objeto;
- Valor Máximo;
- Contrapartida oferecida;
- Valor total previsto;
- PDC – programa de duração continuada do Plano de Bacia vigente;
- Deliberação 2011;
- Situação;

A planilha poderá ser acessada através do link:

<http://www.agenciapcj.org.br/docs/outros/plano-aplicacao-2011.pdf>

5.2. Informações sobre investimentos realizados nas Bacias PCJ em 2011:

Com relação às informações sobre investimentos realizados nas Bacias PCJ, em 2011, informamos que se trata de uma demanda referente o Contrato de Gestão ANA 2011 – indicador 1 - Disponibilização de Informações.

A Agência Nacional de Águas solicitou a AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ que disponibilizasse de forma gradativa informações físicas e financeiras sobre estudos e projetos, iniciando

pelos contratados e finalizados em 2011. Esta informação se faz necessária para que a sociedade em geral e, em especial os atores das bacias PCJ, acompanhem a evolução das ações contratadas.

Foi solicitado também, que tais informações fossem disponibilizadas de maneira georreferenciadas, de forma que os usuários visualizem e acessem rapidamente a informações desejadas.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ criou em seu site um link de acesso a tais informações, porém, informamos que os produtos finais disponíveis são referentes a empreendimentos dos anos de 2009 e 2010, e estamos aguardando o envio, por parte dos tomadores, de documentos e relatórios referentes a 2011. Gradualmente iremos inserir os demais projetos e estudos, referentes anos anteriores a 2009 já disponibilizados pelos tomadores, bem como os estudos e projetos a partir de 2011, assim que nosso site estiver funcionando de forma completa, pois como é de conhecimento da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão 2012, o nosso site foi modificado e está em processo de adaptação. No Link relatório de empreendimentos, conforme mencionado anteriormente, é possível de se ter acesso aos empreendimentos de diversos anos.

Para ter acesso aos estudos e projetos disponíveis, basta acessar o link:

<http://www.agenciapcj.org.br/novo/projetos/mecanismo-de-abatimento/77-projetos/estudos-e-projetos>

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES - 2012:

6.1. Resumo das Atividades desenvolvidas pela Fundação Agência das Bacias PCJ:



JANEIRO

Presidente da Agência de Água do Peru visitou o Brasil para conhecer sistema de gestão dos recursos hídricos:

Dos dias 28 a 31 de janeiro, o Presidente da Agência de Água do Peru, Hugo Jara, visitou o Brasil para conhecer o sistema de gestão dos recursos hídricos implantado no país. Acompanhado de um técnico da Agência de Água do Peru, Marco Antonio Núñez del Prado, os dois foram recepcionados em São Paulo, nos dias 28 e 29 de janeiro, pelo Engenheiro Lupércio Zirolto Antonio, Secretário Técnico Permanente da Rede Latino Americana de Organismos de Bacia - RELOB e Presidente da Rede Brasil de Organismos de Bacia - REBOB e por Suraya Modaeli, Secretária Executiva da REBOB.

A visita oficial teve continuidade no dia 30, segunda-feira, quando chegaram em Piracicaba para serem recebidos pelo Secretário Executivo dos Comitês PCJ, Luiz Roberto Moretti, que fez uma apresentação sobre os trabalhos dos Comitês PCJ nas Bacias, a implantação das cobranças PCJ e o funcionamento da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. No dia 31 de janeiro, a visita prosseguiu nas dependências da Agência das Bacias PCJ para uma breve exposição sobre os trabalhos da Fundação, onde puderam conhecer o Plano de Bacias e o gerenciamento dos recursos hídricos.



Equipe da Agência PCJ, REBOB, RELOB e Equipe da Agência de Água do

Comitiva do Estado do Piauí visitou Fundação Agência das Bacias PCJ

No dia 23 de janeiro, a Agência das Bacias PCJ recebeu a visita de uma comitiva com representantes do Estado do Piauí.

Recepcionados pelos diretores da entidade, a equipe permaneceu nas dependências da Agência das Bacias PCJ durante uma tarde para conhecer o sistema de gestão dos recursos hídricos das Bacias, o sistema de gerenciamento dos recursos das cobranças e o Plano das Bacias PCJ.

Inicialmente, o Diretor Administrativo e Financeiro, Sérgio Razera, fez uma explanação sobre a criação da entidade e seu organograma para explicar seu funcionamento e como a equipe está dividida para atender às demandas das Bacias PCJ.

Em seguida, o Coordenador do Sistema de Informações, Eduardo Cuoco Léo, falou sobre o Plano das Bacias PCJ 2010 - 2020 e o sistema de informações implantado nas Bacias PCJ para monitoramento da qualidade dos corpos d'água.



Equipe da Agência PCJ e integrantes da comitiva do Piauí

FEVEREIRO

Conselhos Fiscal e Deliberativo se reúnem em Piracicaba

No dia 7 de fevereiro, foi realizada no Museu da Água de Piracicaba, a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ.

Na oportunidade os presentes receberam juntamente com os materiais distribuídos o 'Relatório de Atividades 2011', fato este anunciado pelo Presidente do Conselho, Luiz Roberto Moretti. O Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, Sérgio Razera, comentou que o ano de 2011 foi marcado pela contratação de pessoal e o efetivo início dos trabalhos da Agência, com destaque para a discussão sobre formas de

agilizar a tramitação burocrática dos empreendimentos e o efetivo início das obras e serviços. Outro ponto importante foi à transferência das atividades da Secretaria Executiva dos Comitês, do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE para a Agência das Bacias PCJ, bem como todas as atividades relacionadas com a Cobrança PCJ Paulista. Em seguida, houve a apreciação do Balanço Patrimonial do exercício de 2011. O Diretor Administrativo e Financeiro, Sérgio Razera, lembrou que a contabilidade da entidade é realizada por empresa contratada que é a Rezecon Contabilidade Assessoria Ltda. e que o seu sócio proprietário Luís Carlos Marin Giusti e o funcionário Rodolfo Marciente Teixeira da Silva estavam presentes para sanar quaisquer dúvidas, e ainda que, as contas de 2011 foram também apreciadas por empresa de auditoria independente denominada Audimax Auditoria Ltda.



Reunião dos Conselhos Fiscal e Deliberativo em Piracicaba

MARCO

Presidente do CBH-PJ e Diretor Administrativo e Financeiro da Agência PCJ participaram do Fórum Mundial da Água

O Presidente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba e Jaguari – CBH-PJ e Prefeito do Município de Camanducaia/MG, Célio de Faria Santos (na ocasião), participaram do 6º Fórum Mundial da Água, em Marselha, na França, de 12 a 14 de março. Representando os Comitês PCJ, Célio de Faria Santos, viajou acompanhado do Diretor Administrativo Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, Sérgio Razera.

A experiência das Bacias PCJ está sendo divulgada no 6º Fórum Mundial no Pavilhão Brasil, onde Célio comenta que: "...estamos aprendendo bastante, a experiência realmente é enriquecedora, temos muito que mostrar, pois o trabalho realizado pelos Comitês PCJ e Fundação PCJ é modelo para muitas entidades que trabalham com recursos hídricos".

O modelo de gestão realizado nas Bacias PCJ foi o escolhido e está sendo exposto de diversas formas a fim de que aqueles comitês que estão iniciando o processo possam se espelhar na experiência e adaptá-la para implantação em sua área de atuação. Os Comitês PCJ atuam há mais de 19 anos e a Fundação Agência das Bacias PCJ já

completa mais de dois anos de atuação, tendo sido o Consórcio PCJ a entidade que gerenciou durante cinco anos os recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, como entidade delegatária das funções de Agência de Água.



Presidente do CBH-PJ, Céllo de Faria Santos e o Diretor Administrativo e Financeiro da Agência PCJ, Sérgio Razera no 6º Fórum Mundial da Água.

Reunião Plenária em Iracemápolis reuniu membros dos Comitês PCJ

A 9ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada no dia 30 de março, em Iracemápolis, contou com a presença dos membros dos Comitês PCJ e diversos segmentos da sociedade para discutir e deliberar sobre temas pertinentes à gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. O fato marcante desta reunião foi à assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Agência das Bacias PCJ e a CETESB, que no ato foi representada pelo seu Presidente, Otávio Okano.

A reunião prosseguiu com os informes, como: a publicação do Relatório de Situação de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, além do Guia do Sistema Paulista de Recursos Hídricos, disponíveis no site do SIGRH. O índice de distribuição do FEHIDRO já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH durante reunião realizada no dia 6 de março, sendo que a decisão foi finalizada em reunião do Cofehidro, no dia 3 de abril. Além disso, foi disponibilizado o novo folder das Bacias PCJ com os valores arrecadados e o volume investido no que tange à arrecadação de recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

A reunião continuou ainda com os informes da Agência das Bacias PCJ, onde o Diretor Administrativo Financeiro, Sérgio Razera, mencionou que, todas as prestações de contas 2012 foram cumpridas e aguarda-se a manifestação dos órgãos competentes, o CODEC – Conselho de Capitais do Estado”.

A plenária teve sequencia com a pauta pré-estabelecida que elegeu o novo Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ e PCJ Federal, Léo Urbano e , foram aprovadas as indicações dos projetos hierarquizados pela Agência das Bacias PCJ e a reunião foi

encerrada com todos os itens de pauta apurados de forma consensual.



Plenária de Iracemápolis realizada em março



Assinatura do Termo de Cooperação entre a Agência das Bacias PCJ e a CETESB

ABRIL

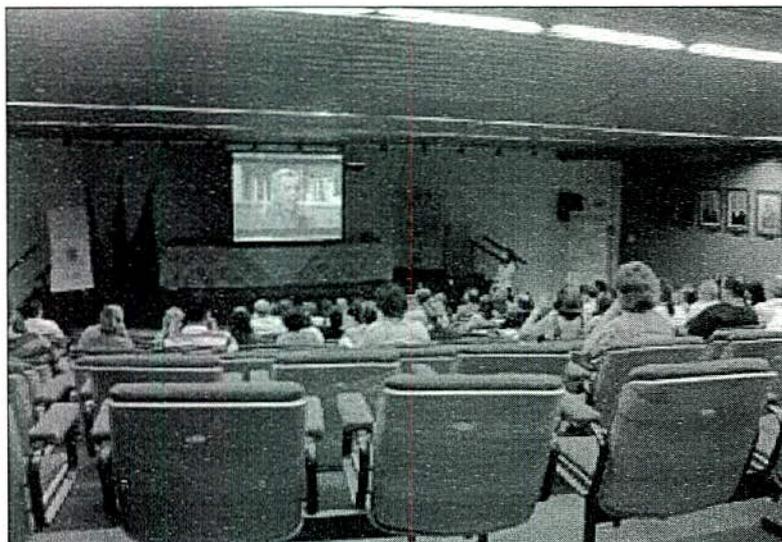
Seminário discute qualidade da água para abastecimento público

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ (CT-SAM) realizou no dia 3 de abril um seminário sobre saúde ambiental visando apresentar alternativas sobre a qualidade da água para abastecimento público, formas de avaliação e verificação da sua qualidade. O evento que aconteceu em Piracicaba, no Anfiteatro da Prefeitura Municipal, reuniu especialistas e técnicos para exposição do tema e ao final das apresentações foi realizado um debate.

Promover a discussão do tema foi uma forma de levar à população e aos técnicos que cuidam da água para abastecimento público dos municípios a oportunidade para que as pessoas, que dependem da água para viver, entendam porque esta deve apresentar qualidade química e biológica, que garanta a segurança alimentar da população.

Vale ressaltar que nas Bacias PCJ, os Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Comitês PCJ, promovem a participação do Poder Público, dos Usuários e das Comunidades, na gestão dos recursos hídricos, atuando como um 'Parlamento das Águas'.

A responsabilidade dos Comitês PCJ é organizar e orientar processos decisórios e participativos a fim de assegurar benefícios para todos os usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ, buscando avaliar a quantidade e qualidade de água disponível e as necessidades características dos diversos usuários de modo a garantir seu uso racional.



Detalhe da oficina de saúde ambiental

Fundação Agência das Bacias PCJ e Comitês PCJ realizam Seminário em Campinas

No dia 20 de abril, os Comitês PCJ e a Fundação PCJ, por meio de sua Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisa e Tecnologia (CT-ID) realizaram o seminário "Águas e Tecnologias: Tendências para o Futuro".

O evento aconteceu a partir das 9h00, no Auditório da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, em Campinas.

As discussões ocorreram em torno das novas tecnologias do uso racional da água para o futuro. Para tanto, tivemos as presenças de técnicos e professores que fizeram exposições sobre o tema e, na sequência, participaram de um debate.

A abertura do seminário foi realizada com a presença do Secretário Executivo dos Comitês PCJ, Luiz Roberto Moretti; Sr. Paulo Barbosa, Diretor da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - FEC – Unicamp e Sr. Eduardo Vasconcelos, Coordenador da Câmara Técnica de Integração e Difusão dos Comitês PCJ.



Auditório da Unicamp ficou lotado durante oficina sobre uso da água

Seminário apresentou o Plano das Bacias PCJ para discutir 'o rio que queremos'

No dia 24 de abril, na Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba - FUMEP foi realizado o Seminário Temático "Plano das Bacias PCJ 2010-2020". O evento apresentou o Plano, suas vertentes e discutiu como estão sendo operacionalizadas as metas para implementação efetiva do respectivo Plano das Bacias PCJ.

O Plano das Bacias PCJ 2010-2020 com horizonte até 2035, vem sendo implementado pelos Comitês PCJ e a sua grande novidade ficou por conta do fato de que será abordado um período mais longo que o tradicional e que estão sendo realizados estudos para atualização de outro importantíssimo instrumento de gestão dos recursos hídricos: o enquadramento dos corpos d'água. Desta forma, este plano representa um pacto para recuperação ambiental e sustentabilidade hídrica das Bacias PCJ.

O enquadramento dos corpos d'água é um instrumento importante na gestão de recursos hídricos, pois é referência para o licenciamento ambiental; para a outorga e para a cobrança, assim como para a execução do próprio plano de recursos hídricos.

A recuperação da qualidade das águas nas Bacias PCJ irá requerer esforços contínuos ao longo de vários anos, e este processo começa com a definição de metas de enquadramento, as quais devem ser um componente central da agenda de atuação dos Comitês. É essencial que na definição das metas sejam considerados os custos das ações e sua viabilidade técnica, a fim de que sejam estabelecidas metas factíveis de serem alcançadas. Além disso, também é importante que as metas estejam articuladas com o planejamento de outros setores, principalmente com os Planos de Saneamento e os Planos Diretores Municipais.



Coordenador do Sistema de Informações da Agência PCJ, Eduardo Cuoco Léo durante oficina sobre 'Plano das Bacias PCJ'

MAIO

Equipe Técnica da Agência das Bacias PCJ participou de encontro no Paraná

No dia 15 de maio, o Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, Sérgio Razera e o Coordenador do Sistema de Informações, Eduardo Cuoco Léo,

participaram de um evento promovido pelo Instituto das Águas do Paraná que teve como objetivo capacitar os membros dos Comitês de Bacia do Estado do Paraná e os Gerentes de Bacia do citado órgão acerca do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, com ênfase nos instrumentos de gestão.

Os representantes da Agência das Bacias PCJ expuseram o histórico e as experiências de elaboração do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, a implementação das Cobranças pelo Uso dos Recursos Hídricos nos domínios da União, São Paulo e Minas Gerais nas Bacias PCJ, além da proposição de atualização do Enquadramento dos Corpos d'Água nas Bacias PCJ.

Os representantes participaram, ainda, de debate e sessão de esclarecimentos de dúvidas com os participantes do evento.



Representantes da Agência das Bacias PCJ e integrantes do Comitê de Bacia do estado do Paraná

JUNHO

Integrantes dos Comitês PCJ participaram de atividades na Rio+20

Durante os dias 21, 22, 23 e 24 de junho integrantes das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e da equipe da Agência das Bacias PCJ participaram das atividades da Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro. No dia 21 de junho, a comitiva participou de atividades no Aterro do Flamengo onde ocorreu a Cúpula dos Povos. No dia 22 no início da manhã os integrantes da comitiva PCJ juntamente com outras entidades realizaram debates técnicos nas dependências do Hotel em que estavam hospedados. Inicialmente houve uma apresentação sobre o sistema de gestão dos recursos hídricos com o tema: "A cooperação internacional como ferramenta na busca de soluções para a água", feita pelo secretário geral da Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB) e membro do Escritório Internacional da Água, o francês François Donzier. E, na sequência, o técnico da Fundação Agência de Bacias PCJ, Eduardo Cuoco Leo, abordou questões do Plano de Bacias PCJ 2010-2020 e o enquadramento dos corpos d'água.

Nos dias 23 e 24 a comitiva PCJ visitou o Parque dos Atletas onde estavam instalados alguns *stands* de países, estados e cidades participantes da Rio+20 que

expuseram exemplos de ações alternativas sustentáveis como carros elétricos, geração de energia por fontes alternativas, uso de materiais como papelão, papel, metal, madeira na decoração e montagem de *stands* para minimizar os impactos ao meio ambiente, entre outros.



Integrantes dos Comitês PCJ durante a Rio+20 em junho no Rio de Janeiro

Câmara Técnica de Educação Ambiental realizou duas oficinas em cidades das Bacias PCJ

Em junho, a Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês PCJ promoveu a realização da "Oficina de Elaboração de Projetos de Educação Ambiental voltada à Gestão dos Recursos Hídricos – Comitês PCJ". A primeira aplicação aconteceu no dia 15 de junho, sexta-feira, no Anfiteatro 4 da Escola de Engenharia de Piracicaba - EEP, em Piracicaba.

Já a segunda aplicação foi realizada no dia 26 de junho, terça-feira, no Núcleo de Apoio ao Professor e ao Aluno - NAPA, em Bragança Paulista, ambas das 8h30 às 18h.

A oficina foi voltada, principalmente, às instituições interessadas em elaborar projetos de educação ambiental que possam ser financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e das Cobranças pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ. O objetivo do evento foi explicar aos participantes quais são as informações que devem ser descritas em um projeto e quais os critérios de análise utilizados pelos Comitês PCJ referentes à educação ambiental.



III - DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL			
	2012	2011	
ATIVO	73.033.273,14	70.369.148,64	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE	72.722.033,24	70.090.141,54	PASSIVO CIRCULANTE
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65.892.123,35	67.817.219,18	FORNECEDORES
CAIXA GERAL	894,38	2.321,05	FORNECEDORES DIVERSOS
CAIXA (ESTADUAL)	336,46	1.091,55	FORNECEDORES DIVERSOS
CAIXA (FEDERAL)	557,92	1.229,50	
BANCOS COM MOVIMENTO	299.936,27	4.318,69	VALORES BANC. COMPENSAR
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	299.871,61	4.318,69	VALORES BANC. COMPENSAR
BANCO DO BRASIL (S.F./COMITE)	64,66	0,00	VALORES BANC. COMPENSAR
APLICACAO FINANCEIRA	65.591.292,70	67.810.579,44	OBRIGACOES A RECOLHER
BANCO DO BRASIL	1.975.705,51	1.500.021,21	OBRIGACOES TRIBUTARIAS
BCD DO BRASIL (S.F./COMITE)	341.316,43	0,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS
POUPANCA C.E.F. - 013-12.282-7	63.273.270,76	66.310.558,23	OBRIGACOES TRABALHISTAS
CREDITOS	3.000.175,14	1.442.437,95	SALARIOS A PAGAR
CONVENIO/CONTRATOS A RECEBER	3.000.175,14	1.442.437,95	ESTAGIOS A PAGAR
RECURSOS ESTADUAIS A RECEBER	181.760,05	98.212,06	ENCARGOS S/ FOLHA DE PAGTO
RECURSOS FEDERAIS A RECEBER	2.818.415,09	1.344.225,89	ENCARGOS S/ FOLHA DE PAGTO
ADIANTAMENTOS	3.811.634,75	765.384,41	FÉRIAS A PAGAR
ADIANTAMENTOS	21.448,64	558,00	FÉRIAS A PAGAR
ADTO DESPESA COM VIAGEM	0,00	558,00	ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	21.448,64	0,00	
DESPESAS ANTECIPADAS	8.612,49	5.486,58	OUTRAS OBRIGACOES
DESPESAS ANTECIPADAS	8.612,49	5.486,58	CONDÔMINIOS A PAGAR
CONTRATOS/FORNECEDORES	3.781.573,62	759.339,83	ALUGUEIS A PAGAR
CONTRATOS / FORNECEDORES	3.781.573,62	759.339,83	OUTRAS OBRIGACOES
OUTROS CREDITOS	18.100,00	65.100,00	CONTRATOS/FORNECEDORES
OUTROS CREDITOS	18.100,00	65.100,00	CONTRATOS / FORNECEDORES
VOLKSWAGEN DO BRASIL	0,00	56.000,00	PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%)
GARANTIAS DE ALUGUEL	18.100,00	9.100,00	PROV. CUSTEIO FEDERAL (7,5%)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	311.239,90	279.007,10	OBRIG. AÇÕES DE APOIO
ATIVO IMOBILIZADO	311.239,90	279.007,10	AÇÕES DE APOIO 2011
IMOBILIZADO DE USO	443.520,17	337.201,69	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	495,20	RECEITAS DIFERIDAS (FEDERAL)
VEICULOS	206.605,00	150.605,00	RECEITAS DIFERIDAS (FEDERAL)
COMPUTADORES HARDWARE	127.165,28	86.018,21	RECEITAS DIFERIDAS (ESTADUAL)
MOVEIS E UTENSILIOS	98.861,36	87.778,24	RECEITAS DIFERIDAS (ESTADUAL)
INSTALACOES	6.346,03	4.916,02	RECURSOS ESTADUAIS (S.F./COMITE)
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	4.542,50	7.883,22	RECURSOS ESTADUAIS (S.F./COMITE)
(-) DEPRECIACAO	-132.280,27	-58.194,59	RENDIMENTO APLICACAO(S) E/COMITE
VEICULOS	-67.065,19	-27.610,88	RENDIMENTO APLICACAO(S) E/COMITE
COMPUTADORES HARDWARE	-39.115,56	-18.283,94	
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS	-908,50	-434,50	PATRIMONIO SOCIAL
MOVEIS E UTENSILIOS ESCRIT	-23.643,02	-11.112,99	PATRIMONIO SOCIAL
(-) INSTALACOES	-1.548,00	-752,78	RESULTADOS ACUMULADOS
			SUPERAVIT DO EXERCICIO
			SUPERAVIT DO EXERCICIO
			BENS (TRANSFERIDOS CONSORCIO)
			BENS (TRANSFERIDOS CONSORCIO)
			PATRIMONIO SOCIAL
			PATRIMONIO SOCIAL
			FUNDO PATRIMONIAL
			FUNDO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT OU DEFICIT DO EXERCICIO		
	2012	2011
RECEITAS FEDERAIS	24.340.012,07	11.615.273,65
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (REPASSES)	20.171.861,48	9.859.813,29
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (CUSTEIO FEDERAL)	1.293.247,48	1.129.115,22
RECEITA TRANSFERENCIA FEDERAL (ACOES DE APOIO)	2.874.903,11	626.345,14
RECEITAS ESTADUAIS	1.507.493,03	968.240,80
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (CUSTEIO ESTADUAL)	1.486.687,84	968.240,80
RECEITA TRANSFERENCIA ESTADUAL (SECRETARIA EXECUTIVA)	20.805,19	0,00
RECEITAS - OUTRAS FONTES	15.500,00	0,00
SUPERAVIT BRUTO	25.863.005,10	12.583.514,45
DESPESAS FEDERAIS	-24.389.907,72	-11.544.920,32
CUSTEIO FEDERAL	-1.343.143,13	-1.058.761,89
REPASSES P/ PROGRAMAS DE RECURSOS HIDRICOS	-20.171.861,48	-9.859.813,29
ACOES DE APOIO	-2.874.903,11	-626.345,14
DESPESAS ESTADUAIS	-1.004.841,15	-407.454,14
CUSTEIO ESTADUAL	-984.035,96	-407.454,14
DESPESAS SECRETARIA EXECUTIVA COMITES PCI (ESTADUAL)	-20.805,19	0,00
DESPESAS/RECEITAS FINANCEIRAS	122.624,99	111.118,67
DESPESAS FINANCEIRAS (ESTADUAIS)	-2.641,57	-1.187,55
DESPESAS FINANCEIRAS (FEDERAIS)	-175,43	-132,84
RECEITA FINANCEIRA (ESTADUAL)	125.441,99	112.439,06
DESPESAS TRIBUTARIAS	-44.319,62	-149.957,91
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS FEDERAIS)	-4.555,75	-126.534,99
DESPESAS TRIBUTARIAS (RECURSOS ESTADUAIS)	-39.763,87	-23.422,92
SUPERAVIT(DEFICIT)DO EXERCICIO	546.561,60	592.300,75

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO)	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Recursos Recebidos	2012
Federais	16.643.784,75
Estaduais	1.401.701,31
Estaduais (Secretaria Executiva Comites)	359.238,06
Patrocínio (Simposio)	15.500,00
Pagamentos Realizados	
Aquisições de Bens e Serviços - Federal	-3.208.091,38
Aquisições de Bens e Serviços - Estadual	-587.298,85
Aquisições de Bens e Serviços - Secretaria Executiva Comite	-20.642,40
Salários e Encargos Sociais do Pessoal - Federal	-1.052.615,91
Salários e Encargos Sociais do Pessoal - Estadual	-55.812,51
Despesas Tributárias - Contas Federal	-134.213,25
Despesas Tributárias - Contas Estadual	-51.903,46
Despesas Tributárias - Contas Secr. Execut. Comites	-162,79
Repasse para Empreendimentos Contratados - Federal	-19.404.284,80
(=) Caixa Líquido Gerado - Atividades Operacionais	-6.094.801,73
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	
Rendimentos de Poupança Caixa Economica Federal	4.147.634,17
Rendimentos de Aplicação Financeira - Estadual	125.441,99
Rendimentos de Aplicação Financeira - Secr. Exec. Comites	2.948,22
Aquisição de Bens e Direitos para o Ativo - Federal	-105.611,31
Aquisição de bens e Direitos para o Ativo - Estadual	-703,12
(=) Caixa Líquido Gerado - Atividades Investimento	4.169.705,90
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimento de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado - Atividades Financiamento	0,00
(=) Redução Líquido Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.925.095,83
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	65.892.123,35
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	67.817.219,18

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL		
	2012	2011
Saldo Início	1.000,00	1.000,00
Saldo Final	1.000,00	1.000,00
(=) Patrimônio Social	1.000,00	1.000,00
Superavit Início	0,00	0,00
Superavit do Exercício	546.561,60	592.300,75
Bens (Transferidos do Consórcio)	261.862,29	318.176,79
(=) Resultados Acumulados	808.423,89	910.477,54
(=) Fundo Patrimonial	1.590.644,95	942.029,70
(=) Patrimônio Social Total	2.400.068,84	1.853.507,24

Reconhecemos a exatidão do Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 73.033.273,14 (Setenta e três milhões e trinta e três mil duzentos e setenta e três reais e quatorze centavos), bem como a Demonstração do Superavit (ou Deficit) do Exercício no valor de R\$ 546.561,60 (Quinhentos e quarenta e seis mil e quinhentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

Bárbara Negri
 Diretora-Prezidente
 CPF: 611.264.978/00

Osvaldo Carlos Marin Giusti
 Controlador
 CPF: 156.146.439/0-5

Piracicaba, 31 de Dezembro de 2012





I - Contexto Operacional:

Nota 1) A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de Constituição.

A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ tem como princípio organizacional a manutenção de estruturas técnicas e administrativas de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, os quais serão atribuídos a órgãos e entidades, públicos e privados, capacitados para tanto, seguindo as diretrizes, orientações e normas estabelecidas por meio de Deliberações dos COMITÊS PCJ.

II - Apresentação das demonstrações:

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteram artigos da Lei nº 6.404/76 e, nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais quais a Resolução CFC nº 1.409/12, Resolução CFC nº 1.255/09, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

III – Formalidade da Escrituração Contábil:

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.



A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

IV - Resumo das práticas contábeis:

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado, segue o regime de competência de exercícios para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

O Ativo é composto pelos bens e direitos da entidade, e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante, estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante, estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

O Passivo é composto pelas obrigações da entidade, e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante, estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

O Patrimônio Social representa a “situação líquida” da entidade, e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Bens (transferidos do Consorcio PCJ – Consorcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios PCJ): representado pelos ativos imobilizados transferidos pelo Consórcio PCJ para a Fundação Agência das Bacias PCJ;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação Agência das Bacias PCJ;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos;

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário;

Nota 8) O saldo da conta Recursos Estaduais a Receber, que é de R\$ 181.760,05 (cento e oitenta e um mil, setecentos e sessenta reais e cinco centavos) são referentes aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base nas arrecadações sobre pagamento pelo uso dos recursos hídricos em 2012, a ser repassado a Fundação Agência PCJ em 2013;



Nota 9) O saldo da conta Recursos Federais a Receber, que é de R\$ 2.818.415,09 (dois milhões, oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e quinze reais e nove centavos), são referentes aos recursos a receber da Agência Nacional de Águas – A.N.A., com base nas arrecadações sobre pagamento pelo uso dos recursos hídricos em 2012, a ser repassado a Fundação Agência PCJ em 2013;

Nota 10) As contas Contratos/Fornecedores 2011, que consta tanto no ativo quanto no passivo, apresentam os saldos referentes aos contratos assinados com prestadores de serviços, dessa forma não gerando qualquer impacto patrimonial;

Nota 11) O imobilizado foi registrado da seguinte forma:

Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada;

Nota 12) Valores Bancários a Compensar: Representam cheques de pagamentos a fornecedores, e Ofícios de Solicitação de Repasses para empreendimentos contratados, emitidos no exercício social de 2012, mais que sairão das Contas Bancárias da Fundação Agência das Bacias PCJ no início do exercício Social de 2013;

Nota 13) Férias a Pagar e Encargos: Foram “provisionadas” com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço;

Nota 14) A conta Recursos Federais (A.N.A), é uma Receita Diferida e representa toda a entrada de recursos federais (A.N.A) oriundos da cobrança pelo uso da água. Do total arrecadado, a entidade pode utilizar-se de até 7,5% (sete e meio por cento) para custeio operacional. O saldo restante é dividido entre Ações de Apoio e Repasse para os Empreendimentos Contratados.

COBRANÇA FEDERAL - 2012

Arrecadação 2012	Rendimento Financeiro 2012	Limite p/ Custeio 2012 (7,5%)
R\$ 18.114.973,59	R\$ 4.147.634,17	R\$ 1.669.695,58

O valor utilizado pela entidade para custeio (federal) foi de R\$ 1.293.247,48 (um milhão duzentos e noventa e três mil duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

Nota 15) A conta provisão para contingências, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foi criada respeitando o limite que poderia ser usado para custeio, e o valor



efetivamente realizado ao longo do exercício de 2011. Essa provisão tem o intuito de cobrir os seguintes eventos futuros tais como:

- a) queda de arrecadação;
- b) pagamento de multas rescisórias;
- c) ações judiciais;
- d) dentre outros;

O principal objetivo dessa provisão é não comprometer os recursos do orçamento de exercícios subsequentes, com eventos extraordinários;

Nota 16) Ações de apoio são recursos de investimento (inclusa no percentual de 92,5% dos recursos federais) aprovados pelos comitês de bacias para a execução de atividades específicas, das quais a Fundação Agência das Bacias PCJ é a própria contratante e executante.

Nota 17) A conta empreendimentos contratados, refere-se aos valores de investimento oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos (inclusas no percentual de 92,5% dos recursos federais), repassados pela Fundação Agência das Bacias PCJ aos tomadores diversos, para a execução dos empreendimentos previamente aprovados pelos Comitês de Bacias, com acompanhamento e autorização do agente técnico financeiro, que é a Caixa Econômica Federal.

Nota 18) As Receitas da Agência das Bacias PCJ são reconhecidas em conformidade com, Resolução CFC nº 1409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 30 – Receitas e NBC TG 1.000;

As receitas são subdivididas em Estaduais (Fehidro) e Federais (A.N.A.).

Os recursos de origens estaduais são estritamente para custeio, sendo repassado para a Agência das Bacias PCJ o valor correspondente 8,41% (oito e quarenta e um por cento) do que é arrecadado com a cobrança sobre o uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Outra fonte de recursos estaduais são os recursos oriundos do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira referente setor energético, com a finalidade de custear as Secretarias Executivas dos Comitês PCJ.

Os recursos de origens federais (A.N.A.) são originários da arrecadação com a cobrança sobre o uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e são integralmente repassados para a Agência das Bacias PCJ. São divididos em Custeio (7,5%), Investimentos (92,5%).



Tanto os Recursos destinados as Secretarias Executivas dos Comitês, quanto os Recursos Federais são contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS (ou seja, uma receita de realização futura) no Passivo Não Circulante.

A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados.”

Ainda:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a Agência das Bacias PCJ, tanto de origem federal como estadual, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização;

Nota 19) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idoneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio (federal e estadual);
- b) Ações de Apoio;
- c) Repasses;

Nota 20) Os recursos da Agência das Bacias PCJ foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando as deliberações do Comitê PCJ e os limites para Custeio;

Nota 21) O superávit do exercício de 2012 foi de R\$ 546.561,60 (quinhentos e quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), e serão alocados no patrimônio da entidade da seguinte forma:

- a) Déficit de R\$ 54.626,83 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e três centavos), referente a despesa de depreciação, será alocado na conta Bens (transferidos do Consórcio PCJ);



- b) Superavit de R\$ 601.188,43 (seiscentos e um mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos), será alocado na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo IX § 1º do Estatuto Social da Fundação;

Bens (transferidos do Consorcio PCJ)	R\$ (54.626,83)
Fundo Patrimonial	R\$ 601.188,43
Superávit exercício 2012	R\$ 546.561,60

Nota 22) Contrato de Gestão

Os recursos de origem federal são originários da arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e repassados para a Fundação Agência das Bacias PCJ, conforme Contrato de Gestão nº 003/11 celebrado com a Agência Nacional de Águas (ANA) visando o exercício de funções de competência da Agência de Água.

Já os recursos de origem estadual são correspondentes à cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio estadual e transferidos para a Agência das Bacias PCJ pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO de acordo com a Lei Estadual 10.020/98.

Nota 23) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO

Nota 24) Doações e Contribuições Recebidas

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas, conforme previsão no Cap. IX, art. 30 do Estatuto Social da Entidade.

Em 2012, a Fundação Agência das Bacias PCJ, recebeu a título de Patrocínio para o 1º Seminário Conjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, o montante de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais);

Nota 25) Cobertura de Seguros:



Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros e assim, atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

ITEM SEGURADOS	COBERTURA	VIGÊNCIA
Veículos	R\$ 300.000,00	21/03/2013
Imóveis	R\$ 1.200.000,00	25/05/2013
Móveis	R\$ 100.000,00	25/05/2013



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA,
CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ.

Prezado Senhor Barjas Negri.

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício, das mutações do patrimônio Social e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Praça José Bonifácio nº. 799, sala 57, Centro, CEP. 13.400-340 Piracicaba – SP.
Fone (19) 3421-2500 - e-mail: audimaxi@audimaxi.com.br



Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Praça José Bonifácio nº. 799, sala 57, Centro, CEP. 13.400-340 Piracicaba – SP.
Fone (19) 3421-2500 - e-mail: audimaxi@audimaxi.com.br



Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Piracicaba, SP., 29 de Janeiro de 2.013.

AUDIMAXI Auditoria Ltda

CRC 2SP024964/O-3



Ronan Lopes Alarcon
Auditor CRC1SP081436/O-2 – CNAI 25958

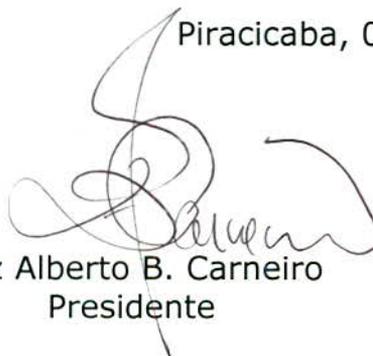


Gerdi Roberto Pessin
Auditor CRC1SP166563/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL 01/2013

O Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ, nos termos do artigo 20 Inciso III, do Estatuto e tendo em vista as informações apresentadas pela Diretoria, bem como pelas Demonstrações Contábeis apresentadas, aprova as contas relativas ao exercício 2012.

Piracicaba, 08 de fevereiro de 2013.



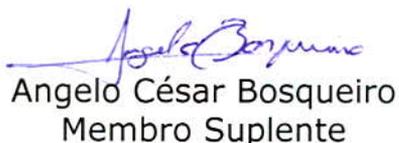
Luiz Alberto B. Carneiro
Presidente



Petrus B. Weell
Membro Titular



José Rodolfo Penatti
Membro Titular



Angelo César Bosqueiro
Membro Suplente



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2012, que, a entidade Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, por se tratar de fundação de direito privado sem fins lucrativos, dispõe de contabilidade comercial, não seguindo os princípios da Lei Federal nº 4.320/64.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2013.


SÉRGIO RAZERA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



IV - DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
RECURSOS HUMANOS – EXERCÍCIO DE 2012


DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS/EMPREGOS			QUANTITATIVOS	
	FORMA DE PROVIMENTO			PROVIDOS	VAGOS
	A	B	TOTAL		
Diretor-Presidente	0	1	1	1	0
Diretor Técnico	0	1	1	1	0
Diretor Administrativo e Financeiro	0	1	1	1	0
Coordenador Administrativo	0	1	1	1	0
Coordenador Financeiro	0	1	1	1	0
Coordenador de Sistema de Gestão	0	1	1	1	0
Coordenador de Projetos	0	1	1	1	0
Coordenador de Gestão	0	1	1	1	0
Coordenador de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	0	1	1	1	0



Assessor de Comunicação	0	1	1	1	0
Analista Administrativo	4	0	4	2	2
Analista Técnico	3	0	3	3	0
Analista de Informática	1	0	1	1	0
Auxiliar Administrativo	3	0	3	2	1
Auxiliar Técnico	3	0	3	1	2
TOTAL	14	10	24	19	5

LEGENDA:

FORMA DE PROVIMENTO (indicar o total de cargos criados)

A – Quadro permanente (indicar o total de cargos existentes)

B – Cargos em comissão

DENOMINAÇÃO	TOTAL DE CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE NO EXERCÍCIO	TOTAL DE CONTRATADOS EXISTENTES EM 31/12/2011
TOTAL	NÃO HOUVE	

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2013.


SÉRGIO RAZERA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DECLARAÇÃO



Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - 2012, que após consulta às pessoas constantes do Rol de Responsáveis, verificou-se que todas estão em dia com a obrigação de apresentação da declaração de bens e renda.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2013.


SÉRGIO RAZERA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL que, no exercício de 2012, não foi recebida nenhuma denúncia junto à Fundação Agência das Bacias PCJ.

Piracicaba, 05 de fevereiro de 2013.


SÉRGIO RÁZERA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

COMPLEMENTO AO RELATÓRIO DE GESTÃO



Informamos, para fins de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – 2012, que a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá efetua pagamento de diárias apenas para viagens internacionais.

No exercício de 2012 as únicas viagens internacionais foram realizadas pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Sérgio Razera, para participar do 6º Fórum Mundial da Água, em Marseille na França, e do Seminário “Metodologia para a determinação do valor econômico da água como recurso hídrico (pagamento pelo uso da água e aproveitamento de águas residuais)”, em Washington, nos Estados Unidos, realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme autorizações do Diretor-Presidente da Fundação Agência PCJ constantes dos Memorandos Internos nºs 01 e 02, de 17/02/2012 e 14/06/2012, respectivamente, cujos resultados e contribuições para os trabalhos da instituição estão apresentados em relatórios anexos.

As despesas de viagens no interior do país são cobertas através de adiantamentos e ressarcimentos de gastos mediante comprovação por meio de notas ou cupons fiscais, em obediência ao estabelecido no quadro “Limite de Despesas com viagens”, anexo ao processo de prestação de contas.

Piracicaba, 13 de fevereiro de 2013.


SÉRGIO RAZERA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

MEMORANDO INTERNO - DAF 01/2012

Piracicaba, 17 de fevereiro de 2012

Para: **BARJAS NEGRI** – Diretor-Presidente.
De: **SERGIO RAZERA** – Diretor Administrativo e Financeiro.



Assunto: Participação no 6º Fórum Mundial da Água

Em março deste ano de 2012 acontecerá em Marseille na França o 6º Fórum Mundial da Água evento este que irá reunir as maiores autoridades e melhores experiências ligadas ao tema da água.

O Grupo Coordenador da participação Brasileira no Fórum definiu seis temas para serem levados ao Fórum, dentre eles destacamos o tema "Governança das Águas e Gestão Integrada de Recursos Hídricos", onde foi escolhida a experiência das Bacias PCJ baseada no sistema Comitê X Agência X Cobrança para ser apresentada no evento.

A escolha da experiência de gestão de recursos hídricos das Bacias PCJ é o resultado de quase 20 anos de trabalho dos Comitês PCJ e nos dá a certeza de que estamos no caminho certo, porém é de fundamental importância a troca de experiência, notadamente, com as experiências Francesas, tendo em vista que foi na legislação Francesa a inspiração para a legislação Brasileira

Por outro lado, o Consórcio PCJ que possui Acordos de Cooperação Técnica com entidades da Espanha, França e Inglaterra estará realizando uma visita técnica que irá conhecer experiências de gestão de recursos hídricos na Espanha antes de participar dos eventos do Fórum, a visita técnica acontecerá entre os dias 06 e 16 de março de 2012.

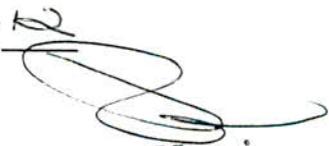
Isto posto, solicitamos autorização para participar da Visita Técnica e Fórum Mundial da Água, conforme roteiro anexo.

Atenciosamente.


SERGIO RAZERA
Diretor Administrativo e Financeiro

De acordo,
Presidência

17/02/12


Barjas Negri
Diretor Presidente
Agência das Bacias PCJ



Agência das Bacias PCJ



Relatório de Viagem para Intercâmbio Internacional e participação no 6.º Fórum Mundial da Água

06 a 16 de Março de 2012





1 - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O modelo de gestão de recursos hídricos de forma descentralizada e participativa, adotado pelo Brasil através da Lei 9.433/97, é baseado no modelo francês, prevendo, dentre os instrumentos de gestão, a criação de Comitês e Agências de Bacias e a Cobrança pelo Uso da Água. Na França esse modelo foi implantado a mais de 40 anos, alcançando plenamente seus objetivos, despertando, assim, a necessidade de conhecermos melhor esse sistema que estamos adotando.

Lembramos que a nossa região (bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá), já avançou bastante, pois temos os Comitês PCJ, a Fundação Agência PCJ, e através do Consórcio PCJ como entidade Delegatária entre os anos de 2005 a 2010 para cobrança pelo uso da água em rios federais e como entidade equiparada no ano de 2011 para os rios da porção mineira das bacias PCJ.

Mas ainda temos muito que fazer para resolver todos os problemas relativos à quantidade e qualidade de água em nossos mananciais e estamos buscando, junto às autoridades francesas, espanholas e de outras nacionalidades, as experiências necessárias para isso, através de cooperação técnica com Agências de Água.

Já existe tradição quanto aos resultados positivos dos intercâmbios internacionais de experiências, com destaque as primeiras comitativas no início da década de 90, quando da elaboração e promulgação do marco legal paulista das águas, a Lei 7663/91.

Na realidade brasileira, os Comitês PCJ, primeiro parlamento das águas a se instalar no país, com a participação efetiva de suas câmaras técnicas nos últimos anos deram passos importantes como a implantação dos sistemas de cobrança federal, paulista e mineira, a aprovação do Plano de Bacias 2010-2035 com proposta de enquadramento dos corpos hídricos, dentre outros inúmeros resultados em prol da melhoria da qualidade dos mananciais.

O Estado de São Paulo adotou uma divisão territorial hídrico-hidrográfica a partir de seus divisores de águas, constituindo as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs), dentre as UGRHIs contidas nas limitações do Estado de São Paulo, a de interesse para o presente trabalho é a UGRHI de número 5, referente às Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Bacias PCJ.

Segundo a Irrigart (2007), as Bacias PCJ situam-se entre os meridianos 46° e 49° W e latitudes 22° e 23,5° S, apresentando extensão aproximada de 300 km no sentido Leste-Oeste e 100 km no sentido Norte-Sul. Elas abrangem uma área de 15.304 km², ocupando maior parte no Estado de São Paulo (92,6%) e o restante (7,4%) no Estado de Minas Gerais, o que equivale ao território integral de 58 municípios paulistas e 4 mineiros, assim como o território parcial de outros 14 municípios, sendo 13 paulistas e 1 mineiro.

Com aproximadamente 5 milhões de habitantes, a região é considerada uma das mais importantes do Brasil, devido ao seu desenvolvimento econômico, que representa cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, segundo o IBGE (2008).

As Bacias PCJ, ilustradas na Figura 01, são compostas por três bacias hidrográficas distintas: a do Rio Piracicaba, a do Rio Capivari e a do Rio Jundiá, sendo todas afluentes do Rio Tietê, em sua porção média.



Figura 01 - Localização territorial das Bacias PCJ. Fonte: Consórcio PCJ (2008).

No entanto, a escassez dos recursos hídricos ameaça toda essa prosperidade. A demanda de água superficial nas Bacias PCJ é de 17 m³/s para o abastecimento urbano, 15 m³/s para uso industrial e 9 m³/s para o consumo agrícola. A disponibilidade de água durante a estiagem fica em situação

crítica, principalmente para o abastecimento público, pois, se agrava devido à reversão de até 31 m³/s de água, através do Sistema Cantareira, para o abastecimento de 50 % da população da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, cerca de 9 milhões de pessoas.



A má qualidade da água também contribui para a escassez na região das Bacias PCJ, pois, segundo a Irrigart (2007) as cidades da região tratam, em média, 50% dos esgotos sanitários e as indústrias retiram 92% das cargas industriais orgânicas. O índice de atendimento da população urbana com água tratada é de 95%.

Portanto, o 6º Fórum Mundial da Água: Tempo para Soluções”, realizado de 12 a 17 de março de 2012 em Marseille – França teve como foco as possíveis formas de governança da água e a importância da sensibilização ambiental como instrumento imprescindível contra as degradações do Planeta Terra

Cabe destacar que o presente relatório apresenta ainda os objetivos, roteiro e demais informações sobre o Intercâmbio Técnico através das visitas técnicas ocorridas em Valência e Barcelona na Espanha e a participação junto ao 6º Fórum Mundial da Água, entre os dias 06 a 16 de março de 2012.

2 - OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos da participação junto ao 6º Fórum Mundial da Água e da realização de visitas técnicas é o intercâmbio de experiências, apresentação das atividades realizadas pelas entidades nas bacias PCJ (Comitês PCJ, Fundação Agência PCJ, Consórcio PCJ, Câmaras Técnicas, dentre outras), além da busca de soluções para a problemática brasileira, com destaque as bacias PCJ.

3 - ROTEIRO

Para atendimento dos objetivos propostos, segue roteiro das atividades e visitas a serem realizadas entre os dias 06 a 16 de março de 2012.

- | | | | |
|---|----------------------------|----------------------|------------------------------|
| 1º Dia | 06 de Março de 2012 | Terça-feira | São Paulo / Valência |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação no Aeroporto Internacional de Guarulhos para embarque dos participantes; ▪ Saída do voo com destino a Valência (Espanha) via Paris; | | | |
| 2º Dia | 07 de Março de 2012 | Quarta-feira | Valência |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tarde - Chegada no Aeroporto de Valência. Traslado, hospedagem; ▪ Noite - Jantar de boas vindas, apresentações e momentos de companheirismo; | | | |
| 3º Dia | 08 de Março de 2012 | Quinta-feira | Valência |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dia Todo - Visitas técnicas: Tribunal das Águas e Confederação Hidrográfica do Jucar; | | | |
| 4º Dia | 09 de Março de 2012 | Sexta-Feira | Valência / Barcelona |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manhã - Saída para Barcelona em ônibus, passando pela costa catalã; ▪ Tarde - Chegada em Barcelona e hospedagem; | | | |
| 5º Dia | 10 de Março de 2012 | Sábado | Barcelona |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manhã - Visita técnica: Consórcio de Gestão das Águas da Catalunha; | | | |
| 6º Dia | 11 de Março de 2012 | Domingo | Barcelona / Marseille |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manhã - Saída para Marseille (França) em ônibus; ▪ Tarde - Chegada em Marseille e hospedagem; | | | |
| 7º Dia | 12 de Março de 2012 | Segunda-Feira | Marseille |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dia todo - Participação oficial do 6º Fórum Mundial da Água - WWF (Abertura); | | | |
| 8º Dia | 13 de Março de 2012 | Terça-Feira | Marseille |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dia todo - Participação oficial do 6º Fórum Mundial da Água - WWF; | | | |
| 9º Dia | 14 de Março de 2012 | Quarta-feira | Marseille |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dia todo - Participação oficial do 6º Fórum Mundial da Água - WWF; | | | |
| 10º Dia | 15 de Março de 2012 | Quinta-feira | Marseille / Paris |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Manhã - Saída para Paris; ▪ Tarde - Chegada em Paris, traslado e hospedagem no hotel; | | | |
| 11º Dia | 16 de Março de 2012 | Sexta-Feira | Paris / São Paulo |
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Embarque com destino ao Brasil (São Paulo), com chegada prevista para o início da noite; | | | |



4. ATIVIDADES E VISITAS REALIZADAS

4.1. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA ESPANHA

A moderna gestão da água deve responder a uma série de problemas de muitos tipos, Conseqüentes sobre as características desse recurso natural renovável. Em essência, para garantir o uso sustentável, proteger e restaurar a qualidade e evitar seu fracasso em se tornar um obstáculo ao desenvolvimento social. Por outro lado, dado que é um recurso limitado, o uso eficiente é necessário para compatibilizar a satisfação das exigências com respeito ao meio

ambiente e outros recursos naturais, ao mesmo tempo, é essencial que o controle público gestão e administração que dizem respeito à sociedade como um todo.

O exercício desse controle público deve ser expressa por um planejamento prudente e flexível, incluindo as previsões de longo prazo, a partir do conhecimento da situação de partida, de aspectos quantitativos e qualitativos do uso e conservação. Em paralelo, para conseguir aceitação social do controle público e resolução negociada dos conflitos de interesses que inevitavelmente irão ocorrer, é essencial a participação dos usuários na gestão da água e planejamento.

É claro que o objetivo de alcançar o uso eficiente e sustentável da água afeta significativamente a distribuição de atividades para desenvolver em um território, para que eles sejam compatíveis com esses princípios, para que o gerenciamento adequado não ocorra fora de planejamento. Também essencial uma abordagem adequada aos aspectos econômicos e, portanto, para evitar uso indevido tendências e contribuir para o desenvolvimento sustentável, a água deve pagar a água.

Neste sentido, o princípio "poluidor-pagador" deve ser superado, uma vez que só responde a uma fase de uso da água e um único aspecto, relativa à qualidade. É um princípio estabelecido em áreas com abundância de recursos estão sob processos de degradação grave de descargas urbanas e industriais. Em muitas outras áreas de prioridades, sem dúvida compartilhado a preocupação com a qualidade, mas são destinados a resolver a pressão crescente demanda em um recurso limitado e irregular, o que é agravado especialmente em regiões com climas requerem o uso de irrigação para garantir a produção agrícola. De acordo com o acima exposto, o princípio "usuário-pagador" refere-se à condição total do ciclo hidrológico, substituindo o poluidor-pagador.

Em resumo, o ponto culminante das idéias expressas neste ponto, os princípios essenciais que devem reger a gestão da água adaptada ao nível atual de desenvolvimento são: gestão sustentável e integrada, sob supervisão pública eficiente, planejamento, envolvimento do usuário harmonização com o planejamento, implementação do usuário-pagador e da conservação e recuperação da qualidade ambiental e valores associados ao ambiente de água.

A aplicação destes princípios permitirá atingir os objetivos que são derivados do processo de gestão adequada. Esses objetivos podem ser resumidos da seguinte forma: garantindo o

abastecimento da população a um preço razoável, respeitar os recursos renováveis para assegurar o uso sustentável, gestão da procura para uma utilização eficiente da água, garantir a qualidade de água adequada e valores associado ambiente aquático ambiental e garantir usos econômicos da água.



4.1.1 A LEGISLAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA ESPANHA

Os princípios básicos de gestão, aos quais nos referimos na seção anterior, são consagrados e são perfeitamente refletidos na Lei da Água espanhola, cuja evolução é fácil de seguir, pois é limitado a dois corpos de lei: a Lei 13 de junho de 1879 e 2 de agosto de 1985, que foi concluído em alguns aspectos, em 1999.

A Lei de 1879 envolveu a declaração geral de todos os fluxos naturais, canais e margens de rios, como a água pública, este conceito, no entanto, não abrange águas subterrâneas. Um elemento crucial para a evolução do uso da água foi incorporada à Lei 1985, que dedica seu primeiro título para definir o domínio público sobre as águas superficiais e as águas subterrâneas renováveis, os canais de fluxos natural, aquíferos e corpos d'água naturais ou artificiais (lagos, lagoas e reservatórios).

A Legislação de 1879 definiu em paralelo com a natureza pública da água, o direito de uso exclusivo da mesma, o que exigirá uma concessão administrativa para sua utilização. A instituição terceira maior estabelecidos por esta Lei é para as comunidades de irrigação que compõem um dos primeiros exemplos da participação dos usuários na gestão da água.

Finalmente, a evolução das políticas mais importantes que, do ponto de vista institucional, juntou-se ao texto legal foi a criação em 1926 das Confederações Hidrográficas, instituições como a autoridade básica para a gestão da água em que é tomado como base de bacias hidrográficas. Este conceito tem sido recolhidos pela Diretiva Quadro da Água aprovada em 2000 pela União Européia.

Todos esses princípios são incorporados e aperfeiçoados na lei de 1985, que também afeta uma maior ênfase na prestação de serviços ambientais e de políticas destinadas a fazer a correção e eliminação de processos poluidores, abrindo um caminho que foi reforçado pela reforma de 1999 e que certamente será ainda mais marcante no futuro.

O segundo título da Lei atualmente em vigor é dedicado à gestão pública da água, que está sujeita aos seguintes princípios: a unidade de gestão, o respeito do tratamento, economia de água, a descentralização, coordenação, eficácia e participação do usuário, abrangente para a unidade da bacia hidrográfica, a hidráulica e do ciclo hidrológico; apoio regional de planejamento, conservação e proteção ambiental e restauração da natureza. A bacia hidrográfica é considerada unidade indivisível de gestão de recursos.

4.1.2 Características Principais da Gestão dos Recursos Hídricos

Um sistema de água territorial, que geralmente adquire o status de sistema nacional, poderia ser definido como o conjunto de instituições, públicas ou privadas, que interagem em um quadro de regulamentação, a fim de fornecer bens e serviços relacionados à água, assim que satisfaçam os requisitos básicos da população, permitindo a manutenção dos ecossistemas e permitir o desenvolvimento de atividades econômicas.

A gestão adequada de um sistema como este requer o desenvolvimento de um conjunto de funções que pode ser dado cunho operacional ou instrumental. Na busca de tentar racionalizar os mecanismos de gestão, funções operacionais foram classificadas em três níveis, o que deve ser atribuído aos funcionários responsáveis pelo desenvolvimento de cada um deles representado por diferentes instituições envolvidas na gestão da água e, que os responsáveis devem ser incorporados para realizar o caráter instrumental.

As funções do nível correspondente primeiro envolve a administração de águas públicas, incluindo a alocação de recursos, a concessão de licenças de descarga e monitoramento de tarefas de desenvolvimento e planejamento. Assim, nesse nível incluem o planejamento de água, de alocação de recursos, a delimitação e gestão da água pública, controle de qualidade, a autorização para as descargas, a operação das análises das águas de infra-estrutura, e penalidade.

A administração desse primeiro nível é exercido na Espanha através de organismos de bacia, que são chamados Quadros de água. Nas Bacias Hidrográficas Autoridades de água são chamados, também de responsáveis pela gestão dos usos da interesse geral, bem como a concepção, construção e operação de obras.

As funções de segundo nível são a promoção das actividades económicas ligadas à água e à promoção pública da mesma, ou seja, seria o financiamento das medidas, a criação de taxas e encargos, recolhimento e fiscalização de serviços.

O exercício dessa atribuição é mais complexo porque, além da Bacia do Rio pode ser exercido por qualquer administração pública a partir do próprio Estado para as autarquias locais, no caso espanhol correspondem aos Autônomos fundamentalmente.

O terceiro nível está relacionado com a gestão de usos, incluindo as funções de coleta, recalque,

Agentes	Nivel 1	Nivel 2	Nivel 3	Nivel 4
Confederaciones Hidrográficas				
Admones. Hidráulicas Intracomunitarias				
Comunidades Autónomas				
Agricultura, Sanidad etc.				
Sociedades de titularidad pública				
Corporaciones Locales				
Comunidades de Usuarios				
Agentes y empresas concesionarias				
Empresas de ingeniería y construcción				

armazenamento, distribuição, tratamento, eliminação de impurezas e de gerenciamento e monitoramento de todos os acima mencionados.

Na Espanha, esta estrutura depende, em maior ou menor grau, de algumas das instituições listadas até agora, embora haja

uma tendência crescente para a privatização destes serviços através de concessões do governo, a Administração manteria a função reguladora. Comunidades usuárias de irrigação como o uso prioritário da água são instituições privadas e essenciais na gestão da água.

Embora as instituições descritas até agora são o núcleo do Sistema de Água Nacional espanhola, em outros territórios, existem instituições e empresas públicas operando o saneamento ou a Corporação de Água do Estado, que lidam diretamente da servir o público.

Nesta visão geral deve incluir também empresas de consultoria de engenharia e empresas de construção e equipamentos, cuja função é, basicamente, um instrumental com tarefas como apoio técnico, projetos e construção, conservação e manutenção e disseminação de informação.

A gestão das águas, como pode ser visto, é particularmente complexa, vivendo em seus elementos e até mesmo compartilhada competência concorrente. Isto torna necessário proceder a coordenação, nem sempre facilmente entre eles e implementar mecanismos e fóruns de consulta de uma forma sistemática.

4.2. VISITAS AS CONFEDERAÇÕES HIDROGRÁFICAS NA ESPANHA

A estrutura de gestão das águas na Espanha é realizada através de organismos de bacia, que iniciou-se em 1926 como resultado das características peculiares dos recursos hídricos e da distribuição e da quantidade de pedidos de usos consuntivos, principalmente para irrigação.

O ambiente físico é fundamental para a grande irregularidade da distribuição dos recursos hídricos, tanto espacialmente e temporalmente. A situação da Península Ibérica no extremo sul das frentes associados com as tempestades que se deslocam através do Atlântico Norte de oeste para leste e variável latitude, aguça a irregularidade temporal de chuvas, tanto sazonalmente quanto anualmente. Nos anos em que a circulação é produzida pela alta latitude frentes frias afetam apenas áreas do norte, provocando seca generalizada no resto do território. A geografia peninsular torna difícil penetrar as massas de nuvens desde o Atlântico.

Chuvas insuficientes em mais de 80% do território espanhol provocou, como tecnologia apropriada estava disponível, indicação da irrigação como a única maneira de melhorar a produção agrícola e aumentar a renda dos agricultores e moradores rurais. A partir desse primeiro momento, a demanda por água no setor agrícola ampliado ao longo da história, exigindo investimentos pesados para garantir o abastecimento.

O desequilíbrio entre oferta e demanda e a necessidade de regularização do escoamento constata que a água é um recurso escasso, insubstituível e caro. Evidencia-se pela existência de várias barragens centenárias ainda em serviço (na imagem, Proserpina Reservoir, na bacia do Guadiana.

No início do século passado, as políticas do governo incentivando uso tecnológico ampliou a área irrigada sendo o que impactou mais fortemente sobre os recursos hídricos. Este aumento da demanda desenfreada sobre os recursos escassos e irregulares, obrigando a construção de barragens que exigem regulação e controle e gerenciamento de sistemas operacionais, tornando-se cada vez mais urgente para superar as áreas de gestão meramente administrativas.

A experiência espanhola na gestão da água através de uma única autoridade no campo dos recursos naturais da bacia hidrográfica, ou grupo de bacias de pequena dimensão, que remonta a 1926, que foi criado por Decreto Real das Confederações Hidrográficas como um organismo

autônomo criado com a participação dos usuários estimulando "a formação de um plano para orientar o uso geral as águas da bacia."



A Lei da Água define entidades de direito público, dotadas de personalidade jurídica e distinta do Estado, ficando para efeitos administrativos, o atual Ministério do Meio Ambiente e com total autonomia operacional. A Lei estabelece as definições e funções, Órgãos e Administração, a sua riqueza e seu patrimônio.

Para o exercício da jurisdição sobre as águas públicas são considerados dois tipos de situações, dependendo da bacia se estende por várias autonomias inter-bacias, que é uma região intra-bacia única Autônoma, que compreende toda a captação. No primeiro caso, os poderes são exercidos diretamente por meio dos Conselhos Estaduais e o segundo todos os poderes foram transferidas para a Comunidade Autônoma que é exercida através de organizações específicas.

De acordo com a Lei 1985, as funções dos Conselhos de água são:

- Gerir a exploração de interesse geral que afectem mais de uma região.
- Para projetar, construir e operar suas próprias obras, como indicado pelo Estado e concordância das entidades públicas ou privadas.
- Gerenciar e controlar a água pública.
- Desenvolver o plano de bacia hidrográfica, a fim de racionalizar o uso da água, aumentar a disponibilidade e preservar a qualidade.
- Gerenciar as ações provenientes dos acordos com os governos regionais, empresas locais e outras entidades públicas ou privadas ou de particulares subscritas.

Também realizam um importante trabalho técnico desenvolvendo uma série de tarefas que podem ser resumidas como segue:

- Providenciar autorizações e concessões para as operações envolvendo a água.
- Inspeccionar obras derivadas de tais autorizações.
- Realizar estudos hidrológicos, registros de vazões e relatórios sobre as inundações
- Analisar a água e definir objetivos de qualidade.
- Realizar estudos e projetos e viabilizar a construção das obras que lhes foram confiadas.

- Prestar serviços técnicos e consultoria para entidades públicas ou privadas que o solicitem.



Para o desenvolvimento de suas funções e cumprimento dos seus deveres, têm os seus próprios bens e renda, cujos produtos fazem parte de suas receitas, que são complementados por aqueles da cobrança de taxas, taxas e preços para a utilização de infra-estrutura público de remoção, etc. Os orçamentos de Estado, essencialmente, fornecem capital para novos investimentos, que é administrado pelas confederações, sob a supervisão da Administração Central Hidráulica.

A administração e gestão das câmaras de água são realizadas através de um conjunto de órgãos sociais e podem permitir uma distinção significativa entre os órgãos de governo, órgãos de planeamento e gestão de agências, todos dirigidos e coordenados pelo presidente da Confederação quem são os executivos e dirigentes da instituição. É nomeado e exonerado pelo Conselho de Ministros, no âmbito do Meio Ambiente e não há prazo para o exercício do seu mandato.

O Corpo Governante chamado o Conselho de Administração e é composto por representantes da Confederação Hidrográfica da Administração do Estado das Comunidades Autónomas, as entidades locais e usuários. O número de membros é variável, mas os usuários devem ter pelo menos um terço do total. As funções são semelhantes às do Conselho de Administração de uma sociedade.

O Poder de Planeamento é fornecido pelo Conselho água da bacia. Sua composição é semelhante à do Conselho de Administração, com presença de usuários com menos de um terço, mas com um número maior de membros para que haja uma melhor representação de todos os segmentos, e inclusão de representantes dos organizações de conservação e peritos independentes de renomado prestígio. Os Planos de Gerenciamento da Bacia dos rios e suas atualizações também, podem relatar sobre assuntos de interesse geral para a bacia e melhorias para a gestão, operação e supervisão de água pública.

Embora, como vimos, os usuários de água têm uma representação significativa nos órgãos de Governo e Planeamento, onde quem tem realmente um papel importante é o órgãos de gestão, o que ocorre "no regime de participação", como justamente salienta a Lei 1985. Quadros operacionais têm a função de coordenar a operação dos recursos hídricos e água de um rio ou riacho chegar unidade hidrogeológica. Não existem normas para o tamanho, mas deve ser



representada por usuários e detentores de direitos sobre o registro de água.

O conjunto de usuários presentes nas articulações diferentes de exploração constituem a assembleia de membros, com a finalidade de orientar a utilização de obras hidráulicas e de recursos hídricos de toda a bacia, para resolver conflitos que possam surgir pelos múltiplos usos e propor representantes dos usuários.

A função acima mencionada visa apresentar propostas ao Presidente da Agência sobre o sistema adequado para a operação dos reservatórios e aquíferos na bacia. A representação do usuário é nomeada pelo Conselho Diretivo sob proposta da Assembleia dos Deputados.

Reportando-se diretamente ao presidente são a Agência de Serviços Técnicos, que reúne todo o pessoal que definem a organização de uma confederação. Eles estão estruturados em quatro grandes áreas: Comissário da Água, a quem a gestão da água de abastecimento público (licenciamento, utiliza o registro, a polícia de água, etc.) Assim como as questões relacionadas às águas interiores (hidrologia qualidade, etc.) Departamento Técnico, cuja missão centra-se no projeto, gestão e exploração de obras hidráulicas e confiou-se e, em geral, as ações visando a obtenção de uma utilização mais racional da água, incluindo a aplicação da fiscalização pertinente, departamento de planejamento, que presta apoio técnico para a formulação e acompanhamento do plano de bacia hidrográfica e, finalmente, Secretaria-Geral, que trata de questões relacionadas com o sistema administrativo e interno da Agência, incluindo aspectos legais e financeiros.

Valencia – Espanha

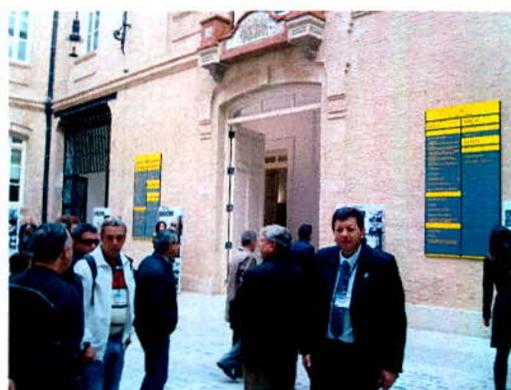
PREFEITURA E REGIDORIA DEL CICLO INTEGRAL DE L'AGUA

A viagem a Valência na Espanha teve grandes momentos de aprendizado: Visita a Prefeitura (Ajuntamiento) onde fomos recebidos por uma Conselheira Municipal que falou sobre as características e necessidades da cidade sendo ao final presenteada com diversos materiais com explicações sobre as Bacias PCJ.

Em seguida fomos recebidos pelo Diretor da Regidoria del Cicle Integral de L'agua que falou sobre os problemas de enchentes de secas e controle do sistema de drenagem urbana e coleta de esgotos do município. O município de Valência passou por uma calamidade pública em 1957 quando ocorreu uma inundação que envolveu 80% da área urbana do município e causou a morte de milhares de pessoas.

Uma das medidas mais radicais promovidas foi o desvio total do Rio Turia que cortava a cidade ao meio. Um rio de grande porte que simplesmente foi desviado. Foram construídos imensos canais de drenagem (principal) e outros menores (ramais) associados a reservatórios (piscinões) todos eles interligados por comportas que são operadas a partir de uma Central.

O sistema é totalmente informatizado e operado à distância, assim é possível direcionar as enchentes conforme a capacidade dos canais e da situação em cada parte da cidade. O sistema também serve de captação de esgotos que é conduzido para tratamento.



Prefeitura Municipal (Ajuntamiento) de Valência



Conselheira Municipal, Diretor da Regidoria Del Cicle Integral de L'agua, e representantes das Bacias PCJ





Visita e troca de informações sobre a Central Operativa de Saneamento na Regidoria Del Cicle Integral de L'agua.

CONFEDERAÇÃO HIDROGRÁFICA DEL JUCAR

Na Quinta feira 08 de março na parte da tarde conhecemos a sede da Confederação Hidrográfica Del Jucar e tivemos contato com todas as ações que são desenvolvidas por aquele órgão, que em muito se parece com o Comitê de Bacia, é um órgão público ligado ao Ministério de Meio Ambiente que trabalha no planejamento e gestão de ações na bacia hidrográfica.

As Confederações tem a participação dos usuários e nasceram em função das grandes obras de barragens visando a geração de energia de elétrica. A Confederação Del Jucar foi implantada em 1934 e funciona até hoje.





Almoço com a participação dos Prefeitos Denig (Atibaia), Célio (Camanducaia), Dalto (Ares PCJ), Javier Ferrer (Diretor Técnico da Confederação Del Jucar) e Dom Fernando (Ministério do Meio Ambiente da Espanha)



Petrus B. Weel diante de um dos Sistemas de Alerta e a direita o painel com os diversos componentes monitorados na bacia hidrográfica.

TRIBUNAL DAS ÁGUAS.

O tribunal das Águas de Valencia é uma instituição que funciona a mais de mil anos, se reúne na porta da Igreja central da cidade, exatamente ao meio dia, todas as quintas feiras.

Nesse tempo todo ele julga os conflitos sobre a água existente na região. A região sempre foi e continua sendo grande produtora de cereais e citros e possui um sistema de irrigação por canais e sulcos na terra. Cada irrigante tem certa quantidade de água autorizada e deve controlar a comporta de entrada desta água de tal forma que entre na sua propriedade somente a quantidade

estabelecida garantindo que os demais irrigantes também terão a sua quantidade de água garantida.

Quando ocorre qualquer tipo de dúvida ou reclamação a mesma é feita publicamente junto ao Tribunal que julga e sentencia no mesmo momento. As decisões do Tribunal por longo tempo foi a única instância, atualmente, em função da legislação das águas em vigor na Espanha as decisões podem ser questionadas em outras instâncias ao mesmo tempo em que tem a atuação de advogados para assessorar os membros.



BARCELONA – ESPANHA

Visitamos a sede da empresa de águas da cidade de Mataró que fica na Região Metropolitana de Barcelona, é uma Empresa Pública Municipal. O município de Mataró tem uma população de aproximadamente 120 mil habitantes compra a água tratada de Barcelona e distribui para sua população.

A empresa possui um sistema muito sofisticado de controle do sistema de distribuição de água, incluindo-se redes, macromedidores, reservatórios, setorização, etc de tal forma que o índice de perdas chega a 10% que como sabemos é um índice muito baixa para os sistemas de distribuição de água.



Prefeito Célio F. Santos com representantes do Município de Mataró e Diretor da Empresa de Água da cidade.



Sergio Razera e Claudia Graber na sede da Empresa de Água da cidade de Mataró

MARSEILLE – FRANÇA

FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

4.3. PARTICIPAÇÃO JUNTO AO 6.º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

O 6º Fórum Mundial da Água: Tempo para Soluções”, realizado de 12 a 17 de março de 2012 em Marseille - França. O Fórum teve como foco a importância da sensibilização ambiental como instrumento imprescindível contra as degradações do Planeta Terra.

A programação do fórum envolveu a participação de mais de 25 mil pessoas de aproximadamente 144 nacionalidades em inúmeras atividades, painéis, debates, elaboração de documentos, talk shows, seminários, rodas de conversa, trabalhos técnicos, atividades culturais e momentos para troca de contatos e experiências.

Programação oficial do fórum:

	DAY 1 Monday 12 March	DAY 2 Tuesday 13 March	DAY 3 Wednesday 14 March	DAY 4 Thursday 15 March	DAY 5 Friday 16 March	DAY 6 Saturday 17 March
am / 10.30 pm		Thematic and regional sessions			Commitment day	Final sym closing s
		High level roundtables	Local and regional authorities conference	Local and regional authorities conference Parliamentarian conference		
am / 13.00 pm	Opening ceremony	Thematic and regional sessions			Commitment day	Closing ce
		High level roundtables	Local and regional authorities conference	Local and regional authorities conference Parliamentarian conference		
Lunch		Side events				
am / 4.30 pm	Inspiring speeches	Thematic and regional sessions			Commitment day	« Grass & Citizen major e
		Ministerial conference	Regional interpolitical dialogues	Local and regional authorities conference Parliamentarian conference		
pm / 7.00 pm		Multi-stakeholder sessions and High Level Panels				
		Ministerial conference	Regional interpolitical dialogues	Local and regional authorities conference Parliamentarian conference		
pm / 9.30 pm	« Grassroots & Citizenship » major events					

6º Fórum Mundial inova com as seguintes questões:

- A Plataforma de Soluções, acessível a todos, para durar para além de 2012.
- Um roteiro para alcançar compromissos concretos, envolvendo peritos e tomadores de decisões de diferentes setores e regiões do mundo.
- Uma comissão para envolver e mobilizar a sociedade civil.
- Um fortalecimento do processo político, especialmente através de contribuições significativas e compromissos dos parlamentares e autoridades locais e regionais de todo o mundo.
- Debates sobre questões sensíveis.

Os principais debates ocorridos no Fórum foram a respeito da governança da água e a geração e disponibilização de informações de forma transparente, posto que não é possível fazer gestão sobre algo que não se conhece minimamente.

O acesso à água pelas populações é o grande objetivo a ser perseguido, porém como anunciado no Fórum uma parte considerável dos países, em torno de 35% do total, o assunto água é tratado diretamente em gabinetes presidenciais ou no ministério do exercito, ou seja, são assuntos de guerra ou dizendo de outra forma são de “Segurança Nacional”, ou “Soberania Nacional”.

Cabe ainda destacar que à seção Brasil do Conselho Mundial da Água organizou a programação no “Pavilhão Brasil”, onde foram apresentadas as experiências brasileiras, inclusive as das Bacias PCJ nos dias 13 e 14 de março de 2012.

Tivemos no dia 13/03/2012, na parte da manhã a apresentação de experiências bem sucedidas relacionadas com o tema Água e contou com a participação dos Prefeitos dos municípios de Bilac, Sorocaba, da Itaipu binacional e do Consórcio PCJ que falou sobre a negociação ocorrida no âmbito dos Comitês PCJ envolvendo a ampliação da outorga da Petrobras/Replan de Paulínia que vem resultando em projetos e ações que beneficiam a todos.

Outro evento de suma importância ocorrido no dia 13/03 foi a reunião com a participação de Senadores e de Deputados Federais onde buscou-se destacar os avanços da legislação brasileira e importância que os demais países dão às experiências em andamento no Brasil, o objetivo foi o de sensibilizar os nossos parlamentares para o cuidado na proposição e votação de leis que possam paralisar ou reverter este processo descentralizado e participativo.

Segundo informações dos realizadores do Fórum a Comitativa Brasileira foi a maior de todas com aproximadamente 300 pessoas dentre: Ministérios, Órgãos Gestores Estaduais e Federal, representantes parlamentares (Senadores e Deputados Federais, Deputados Estaduais), Municípios, Entidades participantes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, membros de Comitês de Bacias, Consórcio Intermunicipais, Agência de Bacias, representantes de empresas privada, Confederações, Consultores, estudantes e cidadãos em geral

4.4. Entidades e Intercâmbio de experiências

4.4.1. Entidades das Bacias PCJ

4.4.1.a. O Consórcio PCJ

Em 1989 alguns prefeitos tiveram a iniciativa de propor uma articulação entre os municípios da bacia do rio Piracicaba, visando acelerar programas e projetos de gestão, despoluição e proteção das águas. A ação de prefeitos dos municípios mais a montante e a jusante da bacia do rio Piracicaba simbolizava o desejo da união regional em torno das águas.

A idéia de um órgão regional de articulação e mobilização foi levada aos prefeitos de municípios das bacias dos rios Piracicaba e Capivari. Desde a origem, o Consórcio PCJ pautou por atuação suprapartidária, considerada fundamental para o sucesso da experiência, assim dedicou seus primeiros anos à consolidação da mobilização regional e aos ensaios de planejamento de ações futuras, como em tratamento de esgotos, além de participar da discussão da Lei Estadual de Recursos Hídricos.

O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 13 de outubro de 1989, compostos por municípios e empresas, que tem como objetivo a recuperação dos mananciais de sua área de abrangência. A base do trabalho da entidade está na conscientização de todos os setores da sociedade sobre a problemática dos recursos hídricos da região, no planejamento e no fomento as ações de recuperação dos mananciais.

O Consórcio constitui-se numa força política suprapartidária expressiva. Devido ao pioneirismo



de suas ações em gestão dos recursos hídricos, conta com grande respeitabilidade junto a opinião pública e é considerado um modelo de instituição, cuja experiência é divulgada em todo o país e no exterior. Junto às autoridades estaduais, federais e internacionais age com o objetivo de obter os recursos financeiros para as obras de saneamento necessárias para a recuperação e preservação dos rios.

Com as prefeituras, serviços de saneamento e empresas consorciadas vem trabalhando para aumentar o tratamento de esgoto, reduzir as perdas nos sistemas de distribuição e aumentar o reuso da água. Além disso, o Consórcio PCJ vem promovendo a proteção aos mananciais através do reflorestamento ciliar, a educação ambiental, projetos de resíduos sólidos, entre outras ações.

4.4.1.b. Os Comitês PCJ

A região das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá é uma das mais evoluídas e conscientizadas nas questões relacionadas aos recursos hídricos, por ser uma bacia crítica quanto à quantidade e qualidade de água.

Em outubro de 1989, após movimentos da sociedade civil organizada que protestavam contra as péssimas condições dos mananciais, os prefeitos da região fundaram o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, a fim de buscar soluções para os problemas existentes com os recursos hídricos da região.

Baseado na Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 (Política de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo), foi criado, em 18 de novembro de 1993, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - CBH-PCJ, primeiro Comitê de Bacia do Estado de São Paulo.

Em 30 de março de 2003 foi instalado o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Comitê PCJ Federal, com uma área de atuação mais ampla, incorporando a porção do Estado de Minas Gerais da bacia. O rio Jaguari, um dos formadores do rio Piracicaba tem suas nascentes nesse estado, por isso é de domínio da União e, portanto esse Comitê foi constituído com base na Lei Federal nº 9.433/97.

Apesar de ser dez anos a menos, podemos dizer que o Comitê Federal é o Comitê Estadual, que existe desde 1993, com ampliação de sua área de atuação e também com uma outra composição. Os objetivos dos Comitês PCJ são voltados para a promoção do gerenciamento dos recursos hídricos em consonância com a gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável da região.

Para sua estrutura administrativa e burocrática, os Comitês PCJ recebem amplo apoio do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, órgão da Secretaria de Saneamento e Energia, do Estado de São Paulo, que também lhe garante, indiretamente, suporte econômico e financeiro.

As atividades e ações desenvolvidas pelos Comitês PCJ no gerenciamento dos recursos hídricos são reconhecidas publicamente pelos diversos setores da sociedade da região, pelas lideranças políticas, pelos órgãos técnicos e pela imprensa regional.

Recentemente o Estado de Minas Gerais criou, e está em fase de implantação, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba e Jaguari (Comitê PJ), consolidando a estrutura organizacional das bacias PCJ.

COMITÊ PCJ (São Paulo) (51 membros)	COMITÊ PCJ (Federal) (50 membros)	COMITÊ PJ (Minas Gerais) (12 membros)
<u>Poder Público (34 membros)</u>	<u>Poder Público (20 membros)</u>	<u>Poder Público (6 membros)</u>
União = nenhum membro Estado = 17 (4 Federal) Municípios = 17 (8 Federal)	União = 3 membros Estadual = 7 (SP 4 + MG 3) Municipal = 10 (SP 8 + MG 2)	União = nenhum membro Estado = 3 (3 Federal) Municípios = 3 (2 Federal)
<u>Usuários (8 membros)</u>	<u>Usuários (20 membros)</u>	<u>Usuários (3 membros)</u>
Abastecimento Urbano = 2 Indústria e Mineração = 2 Agricultura e Irrigação = 3 Hidroviário/Pesca/Turismo = 1	Abast. Urb. = 7 (SP 7 + MG 0) Ind. / Min. = 7 (SP 6 + MG 1) Agric./Irrig. = 4 (SP 3 + MG 1) Hidrov./Tur. = 2 (SP 1 + MG 1)	Abastecimento Urbano = 0 Indústria e Mineração = 1 Agricultura e Irrigação = 1 Hidroviário/Pesca/Turismo = 1
<u>Sociedade Civil (9 membros)</u>	<u>Sociedade Civil (10 membros)</u>	<u>Sociedade Civil (3 membros)</u>
Universidades = 2 Consórcios Intermun. = 1 Sind. e Assoc. Técnicas = 2 Entidades Ambientistas = 4	Univers. = 2 (SP 2 + MG 0) Cons. Inter. = 1 (SP 1 + MG 0) Sind./Assoc. = 2 (SP 2 + MG 0) Ent. Amb. = 5 (SP 4 + MG 1)	Universidades = 1 Consórcios Intermun. = 0 Sind. e Assoc. Técnicas = 1 Entidades Ambientistas = 1

Composição dos Comitês PCJ

Agora a região possui três comitês de bacias, cada criado conforme a legislação pertinente, ou

seja, dois Comitês Estaduais (São Paulo e Minas Gerais) e o Comitê Federal, sendo que cada um deles tem uma formatação e composição, em função de suas legislações, porém a região buscou reduzir as dificuldades existentes, através do Comitê Federal, que absorve representantes dos dois comitês estaduais e atende as leis e normas existentes.

Os três Comitês de Bacia atuam de forma integrada. No lugar de atuar com plenários separados de 51, 12 e 50 membros, respectivamente, os Comitês Estaduais (São Paulo e Minas Gerais) e o Comitê Federal atuam com um plenário único com 72 membros, com um núcleo comum de 29 membros que pertencem aos três plenários, simultaneamente, facilitando a tomada de decisões.

Os Comitês PCJ possuem uma única diretoria composta por um presidente, três vice-presidentes e um secretário executivo. As reuniões são conjuntas assim como suas deliberações.

4.4.1.c. - A Agência de Água das Bacias PCJ e a Fundação Agência PCJ

As Agências de Água das Bacias foram estabelecidas na Lei das Águas. Elas devem exercer a função de secretaria executiva dos Comitês e sua criação está condicionada à viabilidade financeira assegurada pela cobrança.

Nas duas bacias em que a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União foi implementada, nas bacias dos rios Paraíba do Sul e bacias PCJ, as funções de Agência de Água são exercidas por entidades que recebem essa delegação, por indicação dos respectivos Comitês de Bacia (Lei nº 9.433/97).

Essa possibilidade foi garantida pela Lei nº 10.881/2004, que prevê a celebração de contrato de gestão com entidades delegatárias de funções de Agência de Água das Bacias. O contrato de gestão permite a transferência dos recursos arrecadados com a cobrança para aplicação na bacia de origem, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução.

Com essa base legal, entre 2005 e 2010, o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá celebrou com a Agência Nacional de Água (ANA), por anuência dos Comitês PCJ, contrato de gestão para exercício de funções de Agência de Água nas Bacias PCJ.

Desde 2011, as funções de Agência de Água para os rios de domínio da União e de domínio do Estado de São Paulo estão sendo executadas pela Fundação Agência PCJ, entidade criada para essa finalidade específica com sede no município de Piracicaba-SP.

4.4.2. ENTIDADES INTERNACIONAIS

4.4.2.a. DEPARTAMENTO INTERNACIONAL DA ÁGUA

O Departamento Internacional da Água - DIA, é uma associação, sem fins lucrativos e encarregada de missões de interesse geral, criada no âmbito da lei francesa de 1º. de Julho de 1901 e declarada de Utilidade Pública por Decreto em 13 de Novembro de 1991.

O objetivo do DIA é reunir o conjunto dos organismos públicos e privados implicados na gestão e na proteção dos recursos hídricos, na França, na Europa e no Mundo (organizações de cooperação multi e bi-lateral, ministérios, agências de bacia, coletividades territoriais, universidades, grandes escolas, centros de pesquisa, empreendedores regionais, distribuidores e profissionais da água, industriais, federações profissionais e organizações não governamentais) para criar uma verdadeira rede de parceiros.

Secretaria Técnica Permanente da RIOB

O DIA exerce também, através de seu Diretor Geral, a Secretaria Técnica Permanente da Rede Internacional de Organismos de Bacias - RIOB.



Office International de l'Eau (OIEau)

21, Rue de Madrid

5008 - Paris - France

Tel.: +33 1 4490-8860

Site: <http://www.iowater.org>

Contatos:

Sr. Jean-François Donzier - Diretor Geral

Sr. Alain Bernard - Chefe do Departamento para América Latina



4.4.2.b. COMITÊ E AGÊNCIA LOIRE-BRETAGNE

A Bacia do Loire-Bretagne

Ela ocupa 28% do território francês, abrangendo 10 regiões e 31 departamentos. Possui 11,5 milhões de habitantes, ou seja, 1/5 da população do país, divididos em 7.300 municípios, dentre os quais 20 cidades com mais de 50.000 habitantes.

A bacia possui 80.000 km de cursos de água, incluindo o Rio Loire (o maior da França). Dentre as atividades econômicas na região, destaca-se a pecuária (responsável por 2/3 da criação francesa), a agroindústria, a pesca, o turismo e a indústria química e farmacêutica.

O Comitê de Bacia e a Agência de Água

O Comitê de Bacia e a Agência de Água foram criados, respectivamente, em 1967 e 1968, e trabalham respeitando mutuamente as responsabilidades de cada instituição.

Todos os setores da bacia podendo desempenhar uma função, se envolveram tanto no Comitê de Bacia como no Conselho de Administração da Agência de Água, com a participação ativa dos representantes dos diferentes segmentos nas comissões de trabalho que foram constituídas. Foi essa parceria existente entre os diversos usuários da água, coletividade, indústrias, agricultores, associações, que permitiu definir objetivos claros e realistas, apropriados a todos, e de instalar meios financeiros necessários para sua realização.



Agence de l'Eau Loire-Bretagne (AELB)

Avenue de Buffon

45063 - Orléans - France

Tel.: +33 2 3851-7373

Site: www.eau-loire-bretagne.fr

Contatos: Sr. Noël Mathieu - Diretor Geral / Sr. Michel Stein - Diretor de Assuntos Internacionais / Sr. Yves Merllon - Gerente

6 - CONCLUSÕES E OBSERVAÇÕES

Na primeira parte das visitas técnicas, notadamente a Valencia e Barcelona pudemos aprender mais sobre as atividades práticas de controle de eventos extremos como secas e inundações e as formas como estes fenômenos estão sendo administrados na Europa.

Na segunda parte, ou seja, a participação no 6º Fórum Mundial da Água muitos foram os aprendizados: 1) A situação mundial relacionada à governança da água, na prática isso significa dizer como os países lidam com a questão da água em muitas partes do planeta a gestão é aberta e as informações são cada vez mais transparentes e públicas, como é o caso do Brasil e em especial as Bacias PCJ, em outras o assunto água é tratado no gabinete do Ministro do Exército, ou seja, é assunto de guerra e de soberania nacional, portanto não há nenhuma intenção de tornar as informações públicas. 2) Sistemas de Monitoramento das Informações, este foi um outro destaque nas discussões do Fórum envolvendo governos e empresas especializadas na busca de soluções de tecnologias de informações cada vez mais acessíveis a todos.

O documento final do Fórum (anexo) denominado “Declaracion Ministerial” traz as principais conclusões e consensos obtidos nestes dias de debates, pode parecer pouco os avanços obtidos, porém como sabemos estes assuntos em âmbito mundial avançam lentamente e certamente haverá necessidade de muita conversa para chegarmos ao nosso horizonte.

Nesses contatos todos que tivemos com organismos de diversos países fica evidente o interesse no modelo de gestão existente nas Bacias PCJ, principalmente pela sua característica de negociação. Nas Bacias PCJ a gestão vem sendo feita de modo participativo e descentralizado e os resultados obtidos em nada diferem de outras experiências mundiais, notadamente a Européia com a diferença essencial que lá a gestão e os resultados são obtidos de forma mais impositiva ou através do “velho sistema de Comando e Controle”.

Assim, fica a nossa expectativa que a Conferência Mundial para o Meio Ambiente da ONU chamada de Rio + 20, que será realizada no Rio de Janeiro, em junho deste ano possa debater e encaminhar proposta de um novo ordenamento jurídico para a gestão da água em âmbito mundial com a criação de uma Agência Especial para a Água.

No âmbito da atuação no sistema de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ envolvendo as

legislações Paulista, Mineira e Federal temos mais do que nunca a convicção de estamos no caminho certo, isso não significa que tudo está resolvido, mas sim que devemos permanecer coesos e buscando soluções consensadas para os nossos problemas.



ALBUM DE FOTOS DO 6º FÓRUM MUNDIAL


SERGIO RAZERA
Diretor Administrativo e Financeiro
Agência das Bacias PCJ

MEMORANDO INTERNO - DAF 02/2012



Piracicaba, 14 de junho de 2012.

Para: **BARJAS NEGRI** – Diretor-Presidente.
De: **SERGIO RAZERA** – Diretor Administrativo e Financeiro.

Assunto: Participação em Seminário sobre cobrança pelo uso da água a ser realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

O Banco Interamericano de Desenvolvimento irá realizar no dia 9 de julho de 2012, em Washington um Seminário para discussão de metodologias de cobrança pelo uso da água.

O referido evento contará com a participação de especialistas de diversas partes do mundo, dentre elas, Austrália, Costa Rica, Estados Unidos, além de Peru e Chile cujo estudo de caso será analisado.

O convite à nossa participação se deve ao fato de sermos a experiência mais bem sucedida no Brasil, conforme afirmação do Sr. Fernando Bretas, que o funcionário do Banco que está nos convidando, por isso gostariam de conhecer melhor os parâmetros e a fórmula utilizada, nas Bacias PCJ.

A participação no evento certamente trará ainda mais informações e conhecimento para que possamos aprimorar a nossa experiência nas Bacias PCJ, evitando erros e maximizando os acertos na nossa metodologia de cobrança.

Isto posto, solicitamos autorização para participar do Seminário sobre Metodologia de cobrança pelo uso da água a ser realizado pelo Banco Interamericano em Washington/ EUA.

Atenciosamente.


SERGIO RAZERA
Diretor Administrativo e Financeiro

De acordo,
Presidência
14 / 06 / 12


Barjas Negri
Diretor Presidente
Agência das Bacias PCJ



Agência das Bacias PCJ



**Relatório de Viagem
Seminário sobre metodologias de
cobrança pelo uso da Água**

--- 07 a 12 de julho de 2012 ---

**BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO - BID
WASHINGTON / EUA**

1 - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Com aproximadamente 5 milhões de habitantes, a região é considerada uma das mais importantes do Brasil, devido ao seu desenvolvimento econômico, que representa cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, segundo o IBGE (2008).

As Bacias PCJ, ilustradas na Figura 01, são compostas por três bacias hidrográficas distintas: a do Rio Piracicaba, a do Rio Capivari e a do Rio Jundiá, sendo todas afluentes do Rio Tietê, em sua porção média.



Figura 01 - Localização territorial das Bacias PCJ.

No entanto, a escassez dos recursos hídricos ameaça toda essa prosperidade. A demanda de água superficial nas Bacias PCJ é de 17 m³/s para o abastecimento urbano, 15 m³/s para uso industrial e 9 m³/s para o consumo agrícola. A disponibilidade de água durante a estiagem fica em situação crítica, principalmente para o abastecimento público, pois, se agrava devido à reversão de até 31 m³/s de água, através do Sistema Cantareira, para o abastecimento de 50 % da população da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, cerca de 9 milhões de pessoas.

A má qualidade da água também contribui para a escassez na região das Bacias PCJ, pois, segundo a Irrigart (2007) as cidades da região tratam, em média, 50% dos esgotos sanitários e as indústrias retiram 92% das cargas industriais orgânicas. O índice de atendimento da população urbana com água tratada é de 95%.

A situação de criticidade verificada nesta região motivou diversas decisões como a de instalar o seu primeiro Comitê de Bacias em 1993, sendo que atualmente já são 3 Comitês atuando conjuntamente e a partir daí vieram os instrumentos de gestão preconizados, tanto na legislação estadual (Paulista e Mineira) como na Federal.

Dentre os instrumentos, em 2006 iniciou-se a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, após aproximadamente 18 meses de discussões sobre os mais variados aspectos e metodologias de cobrança.

Se fossemos aferir os resultados com a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ pelo indicador inadimplência poderíamos afirmar que estamos no caminho certo, pois ela tem ficado sempre abaixo de 0,5%

Daí que participar de um Seminário onde se analisou as diversas possibilidades de metodologias de cobrança existentes as dificuldades e facilidades de implantação e os efetivos resultados certamente trará mais conhecimento e possibilidades de acertos na nossa experiência de cobrança vividas nas Bacias PCJ.

O presente relatório apresenta as principais discussões ocorridas e os principais resultados da participação no Seminário sobre Metodologias de Cobrança ocorrida em Washington/DC

2. ATIVIDADES REALIZADAS

2.1. A EXPERIÊNCIA E O ESTUDO DE CASO DO PERU

A metodologia estabelecida pelos organizadores do Seminário foi a de utilizar um estudo contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para o Peru, que foi realizado por empresa do Chile chamada INECON, onde se utilizou diversas metodologias para se apurar os parâmetros e os valores a serem cobrados.

Estas metodologias são totalmente diferentes das utilizadas aqui no Brasil, pois levam em conta o tipo de usuário e os produtos produzidos em cada parte da bacia hidrográfica, assim a água utilizada para abastecimento humano tem um valor menor por metro cúbico do que aquela utilizada para irrigação e que por sua vez tem um valor menor do que aquela utilizada para geração de energia elétrica, para produção industrial, e assim por diante.

Outro aspecto interessante é que no segmento irrigação para cada tipo de produto obtido existem variações do valor por metro cúbico cobrado.

A apuração dos valores unitários, ou seja, o valor do metro cúbico é feita através de fórmulas e conceitos econômicos muito sofisticados fato este que dificulta o entendimento e a aceitação destes parâmetros.

2.2. A DISCUSSÃO COM OS ESPECIALISTAS

Após as apresentações sobre os resultados e a experiência Peruana foi a vez das análises e discussões com os especialistas presentes, que foram: Dr. Dale Whittington da Universidade da Carolina do Norte/EUA; Dr. Mike Young da Universidade de Adelaide da Australia; Dr. Juha V. Siikamaki Diretor da Resources for the Future; Dr. Francisco Alpizar Rodriguez, da CATIE da Costa Rica.

Estes especialistas cada um com uma determinada especialidade analisou e comentou tanto as metodologias estudadas com eventualmente as facilidades e dificuldades para a implantação dessas metodologias como as reais possibilidades de atender os objetivos que se pretendia com a implantação daquele tipo de cobrança, como por exemplo, se o valor estabelecido para o metro cúbico de água para abastecimento humano resultaria numa utilização mais consciente ou mais racional e assim por diante.

Esta parte das discussões foi bastante interessante, pois possibilitou uma comparação entre os diversos métodos e a eficácia frente aos resultados esperados.

2.3. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

A experiência Brasileira sobre cobrança pelo uso da água foi feita pelo Sr. Giordano Bruno B. de Carvalho da Agência Nacional de Águas – ANA, que relatou os diferenciais entre a legislação Peruana e a Brasileira bem como os objetivos que se pretende com a implantação da cobrança pelo uso da água destacadamente no Brasil onde se persegue o uso racional e o financiamento

das ações necessárias para a recuperação e conservação da bacia hidrográfica onde se cobra diferentemente do Peru cujo objetivo maior é financiar o órgão gestor nacional que lá se chama Autoridad Nacional del Agua – ANA.

Com a sua fala o Sr. Giordano procurou deixar muito clara a não aceitação da cobrança como financiador do órgão de gestão, notadamente por ser o Brasil um país que tem muitos impostos e que não havia o interesse em se instituir mais um imposto, mas sim um sistema condominial, onde cada usuário tivesse a clareza do que estava contribuindo e os resultados a esperar por isso.

2.4. A EXPERIÊNCIA NAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ.

A experiência de cobrança nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Bacias PCJ foi feita por mim Sergio Razera e cabe destacar inicialmente que é muito conhecida no âmbito do BID, conforme o Sr. Fernando Bretas que é brasileiro e funcionário do Banco e considerada como uma das poucas experiências exitosas, daí o convite para a participação.

Inicialmente fizemos uma amarração com a fala anterior do Sr. Giordano Bruno ressaltando os objetivos da cobrança como um instrumento de gestão, sendo os recursos financeiros arrecadados totalmente investidos na recuperação da bacia.

Destacamos a intensa participação dos usuários da sociedade civil e dos poderes públicos nas discussões, a forma democrática e participativa com que foi decidido o valor e os parâmetros e destacamos também a forma como é decidido a aplicação dos recursos.

A ênfase foi dada para as discussões dos parâmetros, PUB's e o necessário conhecimento dos usuários da água, através da outorga pelo uso.

Foram mostrados os valores arrecadados e os tipos de obras e serviços que são financiados nas bacias PCJ.

Após a minha fala, foram feitos vários pedidos de esclarecimentos e alguns comentários sobre a experiência, tais como, Valores muito baixos para o padrão da região (industrializada); os valores cobrados não levam a mudança de comportamento pois são baixos; deveria ser utilizado métodos mais econômicos de cobrança para cada tipo de uso (abastecimento, industrial, agrícola, etc).

Ao final foram feitas várias colocações positivas sobre a experiência tais como: está alterando a situação de inércia de investimentos; está conscientizando a todos os usuários e população sobre os usos adequados, é a experiência mais positiva que se tem na América do Sul.



3. CONCLUSÃO.

Entendemos que a participação no Seminário Metodologias de Cobrança pelo uso da Água foi bastante positiva, pois possibilitou o conhecimento e debate sobre outros métodos de cálculos para se estabelecer o valor a ser cobrado de cada segmento dos usuários.

Na experiência verificada nas Bacias PCJ, em especial, no ano de 2005 quando foi discutido os parâmetros e mecanismos de cobrança vários métodos foram analisados tais como: Disposição a pagar; Custo Marginal da água, etc, porém foi entendimento majoritário que estes métodos não seriam adequados para o início da cobrança pelo uso da água, pois eram difíceis o entendimento de cálculo e pouco utilizado pelo setor público.

A estratégia de se cobrar com base nas ações necessárias para a recuperação da bacia hidrográfica, muito embora se soubesse que a cobrança seria responsável apenas por uma parcela da arrecadação necessária, foi a mais adequada com certeza, pois permite ao usuário acompanhar efetivamente os resultados do processo.

Outro fato importante é que os resultados, à medida que vão aparecendo, se constituem num elemento de retro-alimentação do sistema.

Assim, é interessante que se discuta outras metodologias de cobrança para se ter a clareza de que a metodologia atual utilizada nas Bacias PCJ e no Brasil, apesar de não ser economicamente a mais adequada, na prática se constitui a melhor forma de se iniciar a aplicação deste importante instrumento de gestão, principalmente porque a água é um bem público e não uma “commodity”.

ANEXO - ÁLBUM DE FOTOS
















SERGIO RAZERA
Diretor Administrativo e Financeiro
Agência das Bacias PCJ